UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

YURI FISBERG

DANO SOCIAL : CONSIDERAÇÕES PROPOSITIVAS

SÃO PAULO
2018

YURI FISBERG

(USP. n. 4631001)

DANO SOCIAL : CONSIDERAÇÕES PROPOSITIVAS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em direito, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação do Professor Doutor Marco Fábio Morsello.

Universidade de São Paulo

Faculdade de Direito

São Paulo, 2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Fisberg, Yuri
Dano Social : considerações propositivas / Yuri Fisberg ; orientador
Marco Fábio Morsello -- São Paulo, 2018.
348

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito
Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Direito Civil. 2. Responsabilidade Civil. 3. Danos Social. 4. Dano
Moral. 5. Indenização Punitiva. I. Morsello, Marco Fábio, orient. II. Título.

AGRADECIMENTO

Ao meu orientador, Professor Marco Fábio Morsello, pela confiança, orientação e, sobretudo, pelo exemplo de docente, magistrado e cidadão – cuja lhanza e conhecimento são admiráveis.

Aos meus pais, por todas as oportunidades conferidas em uma criação irrepreensível, pelo apoio material e, principalmente, afetivo, pelo modelo pessoal e acadêmico que instigou que buscasse ser um pouco do que são e que incitou a paixão pelo estudo.

À Cláudia, por tolerar minhas idiossincrasias há tanto tempo, compreender minha ausência ou minha presença monotemática e, especialmente, incentivar o meu melhor como profissional, discente e indivíduo – servindo de paradigma de respeito e humanidade na busca dos nossos sonhos.

Aos Professores Cláudio Luiz Bueno de Godoy e Fernando Campos Scaff que gentilmente colaboraram com indicações, críticas e sugestões no exame de qualificação desta dissertação.

Aos Professores da pós-graduação, servidores e colegas da Faculdade de Direito do Largo São Francisco que auxiliaram com ideias, estrutura e que, principalmente, tornaram saudosa a volta às Arcadas.

RESUMO

A complexidade da “sociedade de risco” tem exigido do direito novos instrumentos e leituras para responder aos anseios sociais. A plasticidade da responsabilidade civil tem alcançado protagonismo, na medida em que inúmeras são as mutações sobre seus pressupostos: conduta, dano, nexo de causalidade e culpa/risco. A extensão do conceito de dano repercute a ampliação de interesses tutelados, mas, também repercute negativamente, com o assoberbamento dos Tribunais. A consagração do dano extrapatrimonial não ressalvou a matéria de incoerências e abusos, além do surgimento de demandas consideradas frívolas, exsurtem dúvidas sobre a quantificação, com repercussões na segurança jurídica, inexistindo um critério apto, por exemplo, a afirmar peremptoriamente quais as funções da indenização não-patrimonial. A importação de institutos estrangeiros sem o devido zelo acarreta inconsistências como o temor do enriquecimento sem causa em uma condenação suficiente para preencher tal requisito. Neste esteio, surge uma nova categoria de dano, o dano social – instrumento apto a preencher os pressupostos tradicionais do dever de indenizar, em especial o dano, mas, também, conferir à indenização viés punitivo. O dano pelo rebaixamento da qualidade de vida da coletividade, no entanto, carece de maiores reflexões – os precedentes judiciais são ínfimos e há diversos obstáculos no plano processual e dogmático. A experiência estrangeira pode, porém, auxiliar no balizamento da figura do dano social. Pode-se basear a nova categoria de dano na ineficiência dos demais sistemas (penal e administrativo) e na inexistência de critérios uníssomos da responsabilidade civil posta. O dano social, ainda, pode ser reconhecido a partir de sua justificativa econômica e jurídica (segurança jurídica). Para reconhecer o viés punitivo, no entanto, faz-se necessária a observação rigorosa dos elementos caracterizadores: o elemento subjetivo e a repercussão difusa. E, reconhecido o dano social, discute-se, finalmente, a quantificação, a legitimidade ativa e a destinação da verba.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil. Indenização. Danos. Dano social. Interesses Difusos. Punição. Prevenção. Reparação.

ABSTRACT

"Risk society's" complexity has demanded from law new instruments and readings to respond to social desires. The plasticity of law of torts has achieved prominence, with innumerable mutations about its concepts: conduct, damage, causality and guilt / risk. Concept of damage's extension of represents the expansion of protected interests, but also has a negative impact on the flood of the Courts. The acclaim of non-patrimonial damages did not exclude matters of inconsistency and abuse, besides the appearance of frivolous claims, doubts about quantification, with repercussions on legal certainty. For example, there is no suitable criterion to assert peremptorily which are the functions of Tort Law. The introduction of foreign institutes without due care evinces inconsistencies such as the fear of unjust enrichment. Thereafter, a new category of damage arises, the 'social damage' - an instrument capable of fulfilling the traditional assumptions of the duty to indemnify, in particular, the damage, but also to grant punitive bias. The damage defined by the lowering of the quality of life of the community, however, needs further reflection - judicial precedents are small and there are several procedural and dogmatic obstacles. The foreign experience, even so, can help in the deepening of the figure of social damage. The new category can be justified on the inefficiency of other systems (criminal and administrative law) and the lack of unified criteria of non-material damages. The social damage, still, can be recognized from its economic and legal justification (legal certainty). To recognize the punitive bias, regardless, it is necessary to rigorously observe the elements such as the subjective element and the collective repercussion. And, recognizing the social damage, it is finally discussed the quantification, the legitimacy and the destination of the forfeit.

Key-words: Tort Law. Torts. Punitive Damages. Damages. Non-pecuniary damages. Punishment. Deterrence. Compensation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AgRg.	Agravo Regimental
Ampl.	Ampliada
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
Ap. Civ.	Apelação Cível
Art.	Artigo
Atual.	Atualizada
BGB	<i>Bürgerliches Gesetzbuch</i> (Código Civil Alemão)
BGHZ	<i>Bundesgerichtshof</i> (Tribunal Federal de Justiça Alemão)
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CDC	Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990)
CFDD	Conselho Federal Gestor do FDD
Coord.	Coordenador(es)
DJe.	Diário de Justiça Eletrônico
FDD	Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
LACP	Lei de Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/1985)
LIA	Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.249/1992)
Ob. Cit.	Obra citada anteriormente
Org.	Organizador(es)
Rcl.	Reclamação
Rel.	Relator
REsp.	Recurso Especial
Rev.	Revista
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCU	Tribunal de Contas da União
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
TJRJ	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
TJRS	Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
TJSC	Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
TJSP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

AGRADECIMENTO	V
RESUMO.....	VI
ABSTRACT	VII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	VIII
SUMÁRIO	1
INTRODUÇÃO.....	3
2. A “PROVÍNCIA” DA RESPONSABILIDADE CIVIL	10
2.1. PREMISSAS CONCEITUAIS.....	10
2.2. EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL	13
2.3. MODELO POSITIVADO E A CRISE DA RESPONSABILIDADE	23
2.4. FUNÇÕES DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	31
3. DANO: PRESSUPOSTO DO DEVER DE INDENIZAR	43
3.1. PRESSUPOSTO DO DEVER DE INDENIZAR	46
3.2. CONCEITO DE DANO.....	49
3.2.1. <i>Dano-evento e Dano-prejuízo</i>	51
3.2.1. <i>Danos morais</i>	53
3.3. NOVOS DANOS	63
3.3.1. <i>Danos Morais Coletivos</i>	65
3.3.2. <i>Outras Espécies de “Novos danos”</i>	69
3.3.3. <i>Reflexos dos Novos Danos</i>	77
4. DANOS PUNITIVOS, INDENIZAÇÃO PUNITIVA, ‘PUNITIVE DAMAGES’ E PENA PRIVADA (‘PEINE PRIVÉE’ / ‘PENE PRIVATE’) – APROXIMAÇÃO DAS FIGURAS ESTRANGEIRAS.....	79
4.1. ‘PUNITIVE DAMAGES’ – MODELO NORTE-AMERICANO	80
4.2. ‘DAÑOS PUNITIVOS’ – EXPERIÊNCIA ARGENTINA.....	91
4.3. ‘PENE PRIVATE’ – ITÁLIA	96
4.4. ‘PEINE PRIVÉE’ - FRANÇA.....	101
4.5. ALEMANHA	108
4.6. PORTUGAL	115
4.7. OUTRAS EXPERIÊNCIAS ESTRANGEIRAS	118
5. INDENIZAÇÃO PUNITIVA NO BRASIL.....	127
5.1. ‘PUNITIVE DAMAGES’ NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO	131
5.1.1. <i>Amparo Legislativo</i>	135
5.1.2. <i>‘Punitive Damages’ em sentença Estrangeira – homologação pelo STJ</i>	141
6. DANO SOCIAL.....	144
6.1. SURGIMENTO E DEFINIÇÃO	144
6.2. EXIGÊNCIA DE PREJUÍZO	147
6.3. DISTINÇÃO: DANOS MORAIS COLETIVOS E DANOS SOCIAIS	148
6.4. EXEMPLOS DOUTRINÁRIOS.....	153
6.5. DANO SOCIAL NOS TRIBUNAIS	155
6.6. JUSTIFICATIVA.....	168
6.6.1. <i>Consagração da Múltipla Função da Responsabilidade Civil</i>	173
6.6.2. <i>Justificativa Econômica</i>	180
6.6.3. <i>Justificativa Sistêmica</i>	188

6.6.4.	<i>Justificativa Jurídica (Segurança Jurídica)</i>	192
7.	DANO SOCIAL – PROPOSTA DE CRITÉRIOS	197
7.1.	ELEMENTO SUBJETIVO – EXIGÊNCIA DE DOLO OU CULPA GRAVE.....	198
7.1.1.	<i>Dolo</i>	200
7.1.2.	<i>Culpa Grave</i>	204
7.1.3.	<i>Dano Social na Responsabilidade Objetiva</i>	207
7.2.	REPERCUSSÃO DIFUSA.....	209
7.2.1.	<i>Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)</i>	210
7.2.2.	<i>Índice de Progresso Social (IPS)</i>	213
7.2.3.	<i>Jurimetria</i>	214
8.	ASPECTOS PROCESSUAIS DO DANO SOCIAL	218
8.1.	EXIGÊNCIA DE PEDIDO (PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO).....	218
8.2.	LEGITIMIDADE.....	224
8.3.	COISA JULGADA E LITISPENDÊNCIA.....	233
8.4.	VERBAS DE SUCUMBÊNCIA.....	236
9.	REPARAÇÃO DO DANO SOCIAL	242
9.1.	REPARAÇÃO NATURAL E PECUNIÁRIA.....	242
9.2.	QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO SOCIAL.....	248
9.2.1.	<i>Sistema Aberto</i>	249
9.2.2.	<i>Precedentes Nacionais</i>	256
9.2.3.	<i>Precedentes Norte-americanos</i>	259
9.2.4.	<i>Critérios da Quantificação</i>	263
10.	DESTINAÇÃO DO DANO SOCIAL	280
10.1.	INDIVÍDUO (<i>‘PRIVATE ATTORNEY GENERAL’</i>).....	280
10.2.	INDENIZAÇÃO REPARTIDA (<i>‘SPLIT RECOVERY’</i>).....	282
10.3.	INDENIZAÇÃO PARA TERCEIROS.....	284
10.4.	FUNDOS PÚBLICOS.....	288
11.	CONCLUSÃO	294
12.	BIBLIOGRAFIA	302

INTRODUÇÃO

Segundo GUIDO ALPA¹, o número (significativo) de monografias, ensaios, resenhas e tratados dedicados ao tema da responsabilidade civil (“coisificada”²) evidencia a relevância da matéria no âmbito do direito. E não há qualquer dúvida da proliferação do tema no âmbito judicial. Seguindo a lógica na qual o direito nasce dos fatos (*ex facto oritur ius*)³, justifica-se o desenvolvimento do instituto no anseio social. Com fulcro na aptidão da responsabilidade de *modular condutas*, expandem-se conceitos e hipóteses ressarcíveis, por meio da flexibilização (“erosão”) dos requisitos (“filtros”) tradicionais, como resposta ao *afã* social de “assistir a vítima em uma realidade marcada pela insuficiência de políticas públicas”⁴.

A responsabilidade civil consagra evoluções sociais dos últimos séculos, mas, também repercute as dificuldades enfrentadas pela dogmática jurídica nas últimas décadas, para a manutenção de um sistema lógico, coeso e sustentável. As sociedades massificadas tornam hipercomplexa a dinâmica entre as normas e os fatos.

A “Era dos Direitos”, citada por NORBERTO BOBBIO e com fundamento na “radical inversão de perspectiva” na formação do Estado Moderno⁵, apresenta as bases da cidadania que influenciaram a estrutura dos Estados dos últimos três séculos. Os direitos civis (século XVIII), políticos (século XIX) e sociais (século XX) constituem a transição ideológica das últimas duas décadas da “Era dos Deveres”

¹ ALPA, Guido. **La responsabilità civile**. Parte Generale. Torino: UTET, 2010, p. 02.

² O autor italiano remete ao conceito de DURKHEIM, que trata a *coisificação* dos fenômenos sociais como método de estudo, dissociando-os do indivíduo e de seus preconceitos [“pré-noções”], para um estudo “indiferente” – cita: “os fenômenos sociais são coisas e devem ser tratados como coisas. (...) Tratar fenômenos como coisas, é tratá-los na qualidade de ‘data’ que constituem o ponto de partida da ciência. Os fenômenos sociais apresentam incontestavelmente tal caráter.” (DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Nacional, 1974, p. 24).

³ DONNINI, Rogério. A complementação de lacunas no Código Civil: continua a vigor o artigo 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB? In: CASSETTARI, Christiano (coord.); VIANA, Rui Geraldo Camargo (orient.). **10 anos de vigência do Código Civil Brasileiro de 2002: Estudos em homenagem ao professor Carlos Alberto Dabus Maluf**. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 21.

⁴ SCHREIBER, Anderson. **Novos paradigmas da responsabilidade civil: Da Erosão dos Filtros da Reparação à Diluição dos Danos** - 5a ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 84.

⁵ BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho, 7ª tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 09.

para a “Era dos Direitos”⁶. Entre nós, inequívoco o protagonismo da Constituição Federal de 1988 na sedimentação e garantia de novos direitos⁷.

Porém, a questão não está adstrita ao contexto histórico-político, o estado da técnica e os padrões de convivência humana também são elementos decisivos à alteração dos paradigmas da responsabilidade civil. Com louvável percepção, LOUIS JOSSERAND, em 1936, apontou que a evolução “acelerada” do instituto é fruto da “vida contemporânea”. A revolução tecnológica e urbana, representada na mobilidade de uma “raça diferente”, não apenas massificou relações privadas, as introduziu em um cenário de suscetibilidade de “catástrofes medonhas”, na qual os operadores do direito buscam oferecer “segurança jurídica” (responsabilização de outrem)⁸.

A atualidade da tese pode ser complementada com o estudo sociológico de ULRICH BECK. O autor, pouco após o acidente nuclear de Chernobyl, em 1986, advertiu a superexposição do corpo social a riscos decorrentes do desenvolvimento tecnológico e científico, concluindo pela transição para uma “sociedade de risco”, não sujeita a segregação (exclusão demográfica, social, econômica ou política). E, ponderando ambas as teses no Século XXI, pode-se concluir pelo agravamento do quadro; por óbvio, a massificação das relações mencionada no alerta de JOSSERAND adquiriu proporções significativamente maiores, ante a globalização, o crescimento demográfico e a intensificação do uso de tecnologias⁹.

Nesse esteio, a partir de influxos extrajurídicos – sociais, econômicos e históricos -, a responsabilidade civil foi substancialmente modificada e adquiriu destaque no sistema jurídico. MAZEAUD e MAZEAUD afirmaram ainda no século

⁶ MONDAINI, Marco. Revolução Inglesa: O respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da Cidadania**, 6ª Ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015, p. 116.

⁷ Exemplifica-se com a assertiva na previsão expressa dos danos morais. Leciona CARLOS ALBERTO BITTAR que “a Carta de 1988 sufragou a tese da reparabilidade dos danos morais, incluindo a matéria no texto sobre os direitos fundamentais da pessoa humana” (**Reparação Civil por Danos Morais**, 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 103).

⁸ JOSSERAND, Louis. “Evolução da Responsabilidade Civil” Trad. Raul Lima in **Revista Forense**, fasc. 454, Vol. LXXXVI, pp. 52/63, Rio de Janeiro, abril de 1941.

⁹ Segundo dados do *United States Census Bureau* (disponível em: < http://www.census.gov/population/international/data/worldpop/table_population.php>), nos últimos sessenta anos a população mundial saltou de quase três bilhões, 1965, para mais de sete bilhões, 2015; enquanto que o índice de desenvolvimento social humano tem crescimento acelerado em índice incomparável àquele anterior ao advento da energia elétrica, inolvidável, ainda, a influência do advento do computador pessoal e da *internet* nas últimas três décadas – sobre o tema, cf. BRYNJOLFSSON, Erik; MCAFEE, Andrew; CUMMINGS, JEFF. **The Second Machine Age: Work, Progress, and Prosperity in a Time of Brilliant Technologies**. New York: W.W. Norton & Company, 2014.

passado que a responsabilidade civil “estaria em vias de absorver todo o direito”¹⁰ e tal previsão se realiza pela *flexibilidade* da qual é dotada. A adoção de cláusulas gerais e conceitos legais indeterminados atende à mutabilidade necessária do instituto, capaz de influenciar todos os ramos do direito¹¹.

No Brasil, o processo evolutivo é sintetizado com bastante brilho na obra *Da culpa ao risco*, de 1938, de ALVINO LIMA¹², que retrata a “objetivação” da responsabilidade civil. O “ocaso da culpa” mencionado por MOACYR PORTO¹³ reflete precisamente o anseio de flexibilização dos “filtros tradicionais” do dever de indenizar em prol da responsabilização de danos outrora ignorados. Consequentemente, o Código de Defesa do Consumidor, de 1990, e o Código Civil de 2002 inovaram no âmbito legislativo, com cláusulas gerais de responsabilidade sem culpa (objetiva)¹⁴.

A “sede de justiça”¹⁵, todavia, não se satisfaz com a flexibilização da culpa. Flexibilizaram-se conceitos e criaram-se outros tantos. Como cita GUIDO ALPA¹⁶, a responsabilidade civil não se limita à evolução “interna” (etimologia e conceitos intrínsecos da teoria), também relevante a “história externa” – exigências de mercado e referências de outros institutos, como a boa-fé objetiva e o abuso de direito.

Neste contexto, doutrina e jurisprudência categorizaram novos danos: dano moral coletivo, dano difuso, dano ambiental, dano biológico, dano pelo risco do desenvolvimento, dano pela perda de uma chance, dano estético, dano existencial, dano ao projeto de vida e, entre outros, o dano social. Independente da análise crítica, oportunamente abordada, nota-se a flexibilidade da responsabilidade civil voltada para a eficácia de sua função, também objeto de relevante debate na

¹⁰ Apud. MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus; TAVARES DA SILVA, Regina Beatriz. **Curso de Direito Civil** – Direito das Obrigações, 2ª Parte – vol. 5. 41ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 584.

¹¹ LALOU, Henri. **La Responsabilité Civile** : Principes élémentaires et applications pratiques. Paris: Dalloz, 1928, p. V - (“*La matière de la responsabilité touche non seulement à toutes les parties du droit civil, mais à toutes les branches du droit*”).

¹² LIMA, Alvino. **Da Culpa ao risco**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938. Obra baseada na tese homônima apresentada à Congregação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no concurso para a Cátedra de Direito Civil.

¹³ MOACYR PORTO, Mario. “O ocaso da culpa como fundamento da responsabilidade civil” in **Revista da AJURIS** (Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul), Porto Alegre, Ano XIV, p. 200, mar. 1987.

¹⁴ Cf. artigo 927, parágrafo único, do Código Civil de 2002; e artigo 14, da Lei n. 8.078, de 1990.

¹⁵ JOSSERAND. “Evolução da Responsabilidade Civil”. Ob. Cit., p. 549.

¹⁶ ALPA. **La responsabilité civile**. Ob. cit., p. 25/26.

doutrina¹⁷. Em suma, os “novos danos” são reflexo de um anseio social, resposta jurídica às alterações sociais – o reflexo da adoção de cláusulas gerais capazes de “rejuvenescer” o sistema, enquadrando a “realidade em evolução” a novas categorias¹⁸. Os critérios tradicionais cedem em favor da *solidarização da responsabilidade civil*¹⁹.

A *revolução* dos conceitos no âmbito da responsabilidade civil, todavia, não está isenta de severas críticas – a profusão de conceitos, teses, ideias, fundamentos não traduz suficiência do sistema, coesão e logicidade, tampouco segurança jurídica. Na Inglaterra, a insegurança jurídica e a ineficiência do “sistema” de *damages* foram sintetizadas por PATRICK ATIYAH como a *A loteria da indenização*²⁰. No Brasil, ANDERSON SCHREIBER retrata a “anarquia” de entendimentos e interpretações que dá ensejo à aleatoriedade (“loteria de indenizações”); ressen-te-se o autor da solidarização “pela metade”²¹, isto é, somente voltada para a vítima.

ANDRÉ TUNC aludiu que há uma “crise” instaurada na responsabilidade civil. A despeito do “auge” alcançado, refletido na “importância sem precedentes”, a penetração da responsabilidade em outras áreas alterou “seu funcionamento tradicional”, colocando em xeque suas funções e domínios²². Para ALPA, a vasta produção e reflexão, tanto na Academia, quanto na jurisprudência, não isentou o

¹⁷ Sobre a função da responsabilidade civil: no Brasil, destaca-se a obra de NELSON ROSENVALD (**As funções da responsabilidade civil**: a reparação e a pena civil, 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2014); na Itália, o texto de CESARE MASSIMO BIANCA (Riflessioni sulla pena privata. In: BUSNELLO, Francesco; SCALFI, Gianguido (orgs.). **Le pene private**. Milano: Giuffrè, 1985).

¹⁸ “É também a da consciência da necessidade de mudança para corresponder à necessidade de encontrar as novas categorias capazes de enquadrar uma realidade em evolução. É já uma resposta ou uma reação jurídica o apontar para um direito que é antes de mais princípio que regra, um direito de cláusulas gerais que rejuvenesça constantemente o sistema com as implicações valorativas que contém.” (ASCENSÃO, José de Oliveira. Sociedade do risco e direito do consumidor. In: LOPES, Teresa Ancona; LEMOS, Patrícia Faga Iglecias; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (Coord.). **Sociedade de risco e direito privado**: desafios normativos, consumeristas e ambientais. São Paulo: Atlas, 2013. p. 374).

¹⁹ Segundo MICHAEL SANDEL: “a ascensão da imputação objetiva da reparação de danos em seu viés solidarista de máxima proteção às vítimas impôs um arrefecimento do viés moral da responsabilidade civil, pois os danos passaram a ser frequentemente transferidos ao patrimônio de pessoas diversas a dos causadores dos danos” (Apud. ROSENVALD. **As Funções da Responsabilidade Civil**... Ob. Cit., p. p. 90).

²⁰ Tradução livre. ATIYAH, Patrick S. **The Damages Lottery**. Oxford: Hart, 1997.

²¹ **Novos paradigmas da responsabilidade civil**... Ob. Cit., p. 03 e 07.

²² No original: “Le droit de la responsabilité civile est donc dans un état de crise. Il se peut qu’il ait atteint son zénith: au moment même où il occupe un importance sans précédent, il est entouré et pénétre d’institutions que modifient profondément son fonctionnement traditionnel et remettent en question ses fonctions et son domaine” (TUNC, André. **La responsabilité civile**, 2º Éd. Paris: Economica, 1989, p. 6).

instituto de defeitos; pelo contrário, o estudo da responsabilidade civil “não termina nunca de surpreender”²³.

A “Era dos Direitos” parece sobrepor a lembrança de que também há deveres. O aspecto ético foi relegado em prol da indenização voltada para a vítima, o que arrefeceu não apenas a análise da conduta do ofensor, mas, do próprio ofendido. Busca-se a indenização a qualquer custo, por *qualquer dano*, qualquer lesão a interesse minimamente reconhecido pelo ordenamento.

No contexto crítico, especialmente com relação ao dano moral e o debate acerca dos *punitive damages*, ANTONIO JUNQUEIRA DE AZEVEDO estabelece a premissa de que “não se chegou a critério nenhum que pudesse pacificar o debate”. Consequentemente, sugere, em breve ensaio na Revista Trimestral de Direito Civil, uma “nova categoria de dano”, o *dano social*²⁴ - apto a reprimir, nos moldes do modelo compensatório do direito posto²⁵, ato “doloso ou gravemente culposos” que “atinge toda a sociedade, num rebaixamento imediato do nível de vida da população”.

A *solução* aventada por ANTONIO JUNQUEIRA DE AZEVEDO tem encontrado repercussão nos Tribunais²⁶ e na Academia²⁷. Não obstante, a produção doutrinária ainda é incipiente, certo que as decisões judiciais baseiam-se quase exclusivamente no breve ensaio deixado por ANTONIO JUNQUEIRA DE AZEVEDO pouco antes de seu falecimento. Deste modo, impõe-se maior reflexão sobre os diversos aspectos da referida tese e argumentos do autor, sob risco do dano social adir às críticas que ensejaram sua sugestão na Revista Trimestral de Direito Civil.

Neste propósito, este trabalho busca trazer considerações propositivas sobre o dano social, para aferir sua validade e, principalmente, dissociá-lo das críticas sobre a falta de critério na extensão da responsabilidade civil, admitindo-o como instrumento capaz de ampliar a tutela jurisdicional, sem, contudo, banalizar as indenizações, assoberbar (mais) o Poder Judiciário ou deslegitimar a aptidão social

²³ ALPA. *La responsabilità civile*. Ob. cit., p. 02.

²⁴ JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antônio. Por uma nova categoria de dano na responsabilidade civil: o dano social. *Revista Trimestral de Direito Civil*, Rio de Janeiro, ano 5º, n. 19, pp. 211-218, jul./set., 2004.

²⁵ Artigo 944, do Código Civil. “A indenização mede-se pela extensão do dano”.

²⁶ Apenas para exemplificar, há diversos acórdãos sobre o tema, inclusive reconhecendo o dano social, no Tribunal de Justiça de São Paulo (cf. 0027158-41.2010.8.26.0564, 04ª Câmara de Direito Privado – Rel. Des. Teixeira Leite, j. 18.07.2013), além do importante precedente do Superior Tribunal de Justiça acerca da necessidade de pedido (Reclamação n. 13.200/GO, j. 09.10.2014).

²⁷ POLI, Fabrício Angerami. *O Dano Social*. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, 300p.

da responsabilidade. É possível punir pela responsabilidade civil, otimizando suas funções.

Para tanto, analisaremos logo no segundo capítulo premissas conceituais e históricas. A partir do esboço histórico da responsabilidade, abordaremos as críticas ao modelo reparatório e a alegada “crise”. Ainda, delinearemos algumas hipóteses acerca das funções da responsabilidade civil – argumento central para o debate sobre os rumos da matéria e admissibilidade da figura punitiva do dano social.

No terceiro capítulo, focaremos no conceito de dano, como requisito (“filtro”) da responsabilidade civil, verificando-o dentre os elementos históricos do tema e atualizando-o de acordo com as figuras contemporâneas sugeridas pela doutrina e pela jurisprudência, até a consagração de novos danos, inclusive o dano social.

O quarto capítulo será destinado às figuras punitivas que se aproximam do dano social. Antes da análise da “nova categoria” aventada por ANTONIO JUNQUEIRA DE AZEVEDO, faz-se necessário compreender a evolução e condições atuais da pena privada, dos *‘punitive damages’* ou *‘daños punitivos’* nas experiências estrangeiras – que trazem significativos aportes para adoção de um modelo próprio, por meio do dano social. Neste sentido, aliás, trazemos no quinto capítulo a inconveniência da *mera* importação destas figuras ao sistema pátrio, avaliando, ainda, as tentativas de sedimentar a indenização punitiva no plano Legislativo e a possibilidade de que sejam reconhecidos pelo Superior Tribunal de Justiça, em homologação de título judicial estrangeiro.

Com base em tais premissas, poderemos, finalmente, no capítulo sexto conceituar o dano social, remetendo-nos à concepção original e aos autores que sucederam, avaliando decisões de diversos tribunais do país que o admitiram. Neste capítulo, ainda, delinearemos a *justificativa*, isto é, o fundamento pelo qual o dano social deve ser admitido, considerada a multiplicidade de funções e a possibilidade do viés punitivo no âmbito da responsabilidade civil, com base no aspecto econômico, sistêmico e jurídico.

Já no capítulo sétimo, o conceito, os precedentes e as críticas sobre dano social servirão para fixarmos alguns critérios que corroborem a identificação do dano social e, principalmente, permitam afastar a aleatoriedade dos julgados. Neste sentido, será avaliada a exigência do elemento subjetivo (dolo ou culpa grave) e a necessidade de repercussão difusa – com sugestões de parâmetros para a aferição do dano social. No mesmo propósito, o capítulo oitavo tratará dos aspectos

processuais, como a exigência de pedido, a legitimidade, a coisa julgada e a sucumbência – decisivos para a aplicação prática da “nova categoria de dano”.

Por fim, os capítulos nono e décimo tratarão da reparação pelo dano social. Iniciar-se-á com a menção à reparação natural, usualmente relegada, para, então, introduzirmos critérios de quantificação da indenização em pecúnia. Aqui, nova remissão às experiências estrangeiras, especialmente o modelo norte-americano, e aos precedentes nacionais denotarão a exigência de critérios específicos os quais são pormenorizados no último item do capítulo. Definida a indenização pecuniária, portanto, o capítulo subsequente traz o debate da destinação, aludindo às hipóteses sugeridas por ANTONIO JUNQUEIRA DE AZEVEDO, além daquelas usualmente admitidas pelos tribunais.

11. CONCLUSÃO

A responsabilidade civil tem experimentado, nas últimas décadas, significativa mutação em seus conceitos. O afã social de assistir a vítima ampliou enormemente os interesses tutelados e erodiu os “filtros” há muito fixados – especificamente a culpa, o nexo de causalidade e o dano. A responsabilidade não está baseada exclusivamente no aspecto subjetivo, a relação de causalidade é ampla e cogita-se, até mesmo, a indenização sem dano – cujo conceito também fora significativamente expandido.

A “sociedade de risco” criou novos mecanismos lesivos ao indivíduo e à sociedade em proporção análoga ao desenvolvimento tecnológico que reduz tais riscos – prevalecendo, no entanto, a noção (“líquida”, de acordo com BAUMAN) de insegurança, crescente o temor do desamparo perante eventos imponderáveis. No plano da responsabilidade civil, o aspecto ressarcitório não se mostra mais suficiente, a indenização deve ter aptidão para, também, prevenir, educar e, porque não, punir.

Caracterizada a ineficiência do direito penal e do direito administrativo sancionador, transmite-se ao direito civil a *esperança* de regulação da sociedade. A punição na esfera cível decorre da dissipação do “muro” construído entre o direito público e o direito privado. A seara penal discute o reducionismo/abolicionismo das penas privativas de liberdade, consagrando instrumentos diversos de punição (v.g. Justiça Restaurativa e transação penal); enquanto que o direito administrativo transparece sua ineficiência, em especial pela carência de executoriedade das sanções impostas.

Entretanto, o anseio social por tal *resposta* do direito civil extrapola as evoluções da matéria já realizadas, na mesma medida em que atenta contra a segurança e a estabilidade do sistema jurídico.

A consagração do dano extrapatrimonial como figura indenizável rompeu com o dissenso sobre o cabimento dos danos não patrimoniais, alastrando, contudo, a divergência quanto aos critérios da definição do que caracteriza o dano moral e, caracterizado, quais os elementos para a fixação do ‘*quantum debeatur*’. A cláusula geral de danos do Código Civil (sistema *aberto*) tolera a necessária ampliação dos

interesses tutelados, confere *plasticidade* ao sistema, mas, também, chancela pedidos “frívolos”, desvirtuados.

Premente, pois, o debate no sentido de conferir densidade às cláusulas gerais, estabelecer critérios previsíveis e, conseqüentemente, repelir abusos.

Com este propósito, em meio à crescente alusão às múltiplas funções da responsabilidade civil, ANTONIO JUNQUEIRA DE AZEVEDO invoca uma “nova categoria de dano” – o dano social. Referida espécie indenizatória pode suprir as exigências teóricas do dano como *pressuposto* do dever de indenizar e, concomitantemente, consagraria a função punitiva ansiada – dotando a responsabilidade civil com viés pedagógico e social.

O dano social consiste na “diminuição da tranquilidade social” ou na quebra da confiança, situações que caracterizam rebaixamento do nível de vida da população, causado por atos dolosos, gravemente culposos ou negativamente exemplares, que extrapolam o espectro agente lesante e vítima. Assim, o dano social ostenta caráter coletivo (*lato sensu*), superando os danos causados ao indivíduo e, com efeito, sobrelevando as objeções usualmente aventadas à punição por meio da responsabilidade civil – isto porque, antes de sanção, o dano social é *dano*.

Destarte, o dano social poderia, a um só tempo, suprir a necessidade punitiva da responsabilidade civil, conferindo-lhe especial aptidão de controle social, e, principalmente, assegurar critérios precisos para tanto. A “nova categoria de dano”, portanto, surge com o propósito de impor estabilidade à ampliação dos interesses tutelados e, principalmente, aos critérios de fixação da indenização extrapatrimonial.

O prestígio do autor fez com que, rapidamente, o instituto introduzido se difundisse na doutrina e nos tribunais. O Conselho de Justiça Federal aprovou enunciado (número 456 – V Jornada de Direito Civil) que reconheceu o dano social como figura inserta na expressão *dano* do artigo 944, do Código Civil. E, ainda que pouco explorado na Academia, o dano social foi admitido em alguns Tribunais de Justiça pátrios – inclusive em segundo grau.

A aplicação judicial, contudo, evidenciou incoerências da *nova categoria* de dano com dogmas materiais e processuais há muito estabelecidos. O temor do locupletamento sem causa, o próprio conceito aplicado do que é dano social, a legitimidade para requerê-lo e a divergência sobre a destinação da verba realçaram a insuficiência das hipóteses alvitradas.

Exemplificando, a tese quanto ao pagamento da indenização em favor do indivíduo/vítima (autor da demanda), sustentada com vigor no ensaio inaugural, não foi admitida em qualquer dos precedentes analisados sobre o tema. Em sentido análogo, esvaziando o instituto, o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (recurso repetitivo – cf. art. 927, do Código de Processo Civil) assentou que o dano social depende de pedido expresso e está adstrito aos legitimados da tutela coletiva (Órgãos Públicos, Defensoria Pública, Ministério Público e associações).

Em verdade, a disseminação das bases do dano social se deu antes de maior reflexão – seja doutrinária, seja jurisprudencial. A pesquisa sobre o tema denota alusões reiteradas ao texto original. Poucos, no entanto, são os trabalhos que buscaram aperfeiçoar e aprofundar o tema, em especial reforçar o propósito que motivou a sugestão da “nova categoria de dano”.

Consequentemente, o instituto perde vigor, em razão da carência de bases teóricas que sustentem sua aplicação, contrariando seus fundamentos – incorrendo em nas mesmas críticas que o motivaram. Buscou-se, pois, reunir as conclusões da doutrina pátria, as lições do direito estrangeiro em figuras análogas e os exemplos jurisprudenciais, a fim de traçar um panorama e propor alguns critérios capazes de sedimentar a aplicação do dano social.

Neste sentido, as balizas não podem olvidar a razão de ser do dano social. Ao mesmo tempo em que a função punitiva da responsabilidade civil é *desejável* – com o escopo de efetivar a aptidão do direito civil de modular condutas, reprimir o lucro ilícito e censurar microdanos –, a “nova categoria de dano” não pode ser trivializada. Estabelecer critérios e parâmetros afigura compromisso de eficácia do instituto, para evitar que seja apenas mais um interesse juridicamente tutelado no conceito amplo de dano, sujeito às críticas inerentes ao asoberbamento do Poder Judiciário e da proliferação de abusos.

O dano social é tópico; o nível de rebaixamento da qualidade de vida ou a violação da “confiança” social são cláusulas gerais, cuja aferição é casuística. Os precedentes analisados, entretanto, indicam alguns padrões no seu reconhecimento – o pressuposto, condutas que extrapolam a relação individual, atingindo a coletividade, deve ser alinhavado com ofensas associadas a valores fundamentais. Tal qual o dano moral está associado à dignidade da pessoa humana, o dano social deve ser avaliado sob o enfoque dos objetivos fundantes da República Federativa

(art. 1º, da Constituição Federal) em seu enfoque difuso. Daí, o reconhecimento em condutas reiteradas em contratos de saúde e em contratos de consumo.

O dano social é a consagração da multiplicidade de funções da responsabilidade civil. Assim como no direito penal contemporâneo, a pena não encontra uma só justificativa; pueril crer que a sanção se exaure apenas no fundamento expiatório ou na prevenção (geral, especial, positiva ou negativa). O dano social surge, porém, como instrumento capaz de efetivar a teoria mista, uma vez que o caráter “pedagógico”, “propedêutico”, “preventivo” e “punitivo” usualmente alegados nas decisões sobre danos morais são puramente retóricos – sequer distinguível em qual parcela o montante extrapola o dano propriamente dito.

Aliás, a consagração das funções múltiplas é confirmada pela justificativa econômica do instituto. Como destacado, o dano social é instrumento apto a realizar os “fins desejáveis” da responsabilidade civil, inclusive a *reparação*. O limite da “extensão do dano” do Código Civil consagra também uma garantia (*‘restitutio in integrum’*) que pode não ser alcançada na sociedade de massas. As situações de microdanos ou de ilícitos lucrativos denotam que a responsabilidade civil, por vezes, sequer alcança o ressarcimento, o equilíbrio que a fundou.

Ainda, a nova categoria de dano se funda na estabilidade e segurança jurídicas, rompendo com a divergência sobre o viés punitivo dos danos extrapatrimoniais individuais.

A justificativa da imprecisa subsunção dos danos extrapatrimoniais ao princípio reparatório confere vagueza suficiente para indenizações desproporcionais – seja no excesso, seja na escassez. A variação jurisprudencial para casos análogos atenta contra o Estado Democrático de Direito, esvaindo a confiança no Poder Judiciário. A punição deve ser relegada ao dano social, porque conceitualmente depende de requisitos mais rigorosos, demanda outras provas além da simples aferição da existência de dano moral, constituindo, assim, instrumento apto a afastar a “aleatoriedade” das indenizações fixadas a título de danos morais.

O primeiro requisito a ser apurado na definição do *‘an debeatur’* social é o elemento subjetivo. Em consonância com o que estabelecem a maior parte dos precedentes dos *‘punitive damages’* da *‘Common Law’*, o dano social depende da prova do dolo ou culpa grave. Isto, porém, não significa que o dano social está adstrito às hipóteses de responsabilidade subjetiva; pode-se conceber a cumulação material com outras espécies indenizatórias, para as quais prescinde a avaliação da

culpa *'lato sensu'*, ressaltando, no entanto, o ônus de demonstrar o elemento anímico para a definição da parcela punitiva da indenização.

Também consubstancia elemento essencial do dano social a “repercussão difusa”; ínsita ao conceito, a conduta lesiva deve extrapolar a relação agente ofensor-vítima. Para tanto, a análise tópica pode se basear em elementos objetivos – amplos os indicadores reconhecidos pela sociedade como métricas da “qualidade de vida”.

A Organização das Nações Unidas regulamentou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Valores Humanos (IVH), que podem justamente amparar a definição do que caracteriza o aspecto difuso do dano social. Possível definir a repercussão social e o rebaixamento da qualidade de vida da coletividade a partir dos parâmetros elencados pela ONU para tais índices, como níveis de saúde, educação, renda, liberdade e desigualdade econômica e de gênero.

Tais variáveis, portanto, densificam o conceito do dano social. Violações que reduzem a oferta educacional, diminuem a expectativa de vida, afetam a renda *'per capita'*, restringem a liberdade e o acesso à informação ou reprimem direitos de grupos sociais servem de exemplo de condutas que extrapolam o aspecto individual e, caracterizados os demais elementos, como o aspecto doloso ou gravemente culposos, permitiriam a fixação da verba em comento.

O dano social não se confunde com a medida da *felicidade* da coletividade; os “pilares” do IDH e do IVH transmitem justamente elementos objetivos aptos a aquilatar o necessário rebaixamento da qualidade de vida. A repercussão difusa baseia-se na violação de valores coletivos. Por isso, as métricas sugeridas pelo PNUD não esgotam a avaliação do dano social.

A repercussão difusa pode também ser objetivamente avaliada sob os “vetores” avaliados no Índice de Progresso Social (IPS) que estabelece outras fontes de avaliação da conduta. Referido índice traz inúmeros critérios para a definição de bem-estar, como a nutrição, o saneamento, o acesso a medicamentos, a moradia, a segurança pessoal, o acesso à informação, a tolerância, o respeito às minorias, a mobilidade urbana, a liberdade religiosa, o grau de desemprego – mecanismos que podem definir objetivamente o viés coletivo da conduta, a fim de indicar a existência do dano social.

Sedimentados o conceito e as balizas para defini-lo, destaca-se que a controvérsia judicial acerca da “nova categoria de dano” tem se limitado ao aspecto processual.

Conforme precedente vinculante (art. 927, do Código de Processo Civil) do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, não se pode conceber a indenização por danos sociais sem pedido – sob risco de violação do princípio da correlação. A premissa processual de aplicação da verba punitiva, portanto, é o pedido expresso da parte, a fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, inclusive e especialmente sobre os critérios específicos do dano social nem sempre exigidos para os demais pedidos (v.g. elemento subjetivo).

E o pedido conduz à divergência sobre a legitimidade para o pleito da indenização por danos sociais. A despeito da tese aventada por ANTONIO JUNQUEIRA DE AZEVEDO, a melhor solução – compatível com o modelo processual vigente e que dispensa alteração legislativa – é o reconhecimento da legitimidade restrita dos danos sociais àqueles legitimados para a ação civil pública. Como formulou a V Jornada de Direito Civil (enunciado 456), os danos sociais devem ser “reclamados pelos legitimados para propor ações coletivas”.

Malgrado existam fundamentos para a atribuição da legitimidade ao indivíduo (*‘private attorney general’*), não há dúvida da natureza transindividual dos danos sociais – inviável que o indivíduo postule em nome próprio direito alheio sem amparo legislativo (artigo 18, do Código de Processo Civil). Neste sentido, há movimentos favoráveis do reconhecimento da legitimidade extraordinária do indivíduo para a ação civil pública, em consonância com a ação popular; por ora, porém, a solução viola as regras processuais vigentes.

Ainda que desejável *capilarizar* a tutela dos danos sociais, a legitimação individual sem alterações legislativas atentaria aos fundamentos da “nova categoria de dano”. A admissão de demandas individuais aumentaria a litigiosidade, permitindo, por exemplo, o *‘bis in idem’* com condenações múltiplas pelos mesmos fatos – já que inexistentes os filtros do processo civil, como a litispendência e a coisa julgada coletiva.

E definidos o conceito, a legitimidade, reconhecido o *‘an debeatur’*, os aplicadores do direito devem observar igual ponderação na avaliação do *‘quantum debeatur’* do dano social.

A preferível restituição *'in natura'* nem sempre é possível, pacífica a dificuldade de “reparação” nos danos de natureza extrapatrimonial. Isto, porém, não significa que o dano social não possa admitir reparações naturais; pelo contrário, a criatividade na definição de mandados judiciais que “compensem” o rebaixamento da qualidade de vida deve ser ambicionada. Plenamente cogitável a definição de obrigações de fazer ou não fazer que, ainda que não restituam a sociedade ao *'statu quo ante'*, revigorem a “tranquilidade” cujo atentado caracterizou o dano social – fomentando, por exemplo, programas educacionais e beneficentes.

Inviável a reparação *'in natura'*, o dano social deve ser fixado em pecúnia, tal qual o dano moral.

Aqui, os *'statutory caps'* de alguns modelos dos Estados Unidos da América devem ser enjeitados. O repúdio nacional ao tarifamento no tocante aos danos morais se repete, com mais razão, no âmbito dos danos sociais. O risco da *'underdeterrence'* soma-se com o perigo do “cálculo perverso” do ilícito lucrativo ou do “inadimplemento eficiente”; os danos sociais são tópicos.

O sistema aberto, no entanto, não se confunde com a abusividade na fixação da verba. Assim, a quantificação deve observar os critérios já delimitados na doutrina e na jurisprudência quanto aos danos extrapatrimoniais (individuais e coletivos), capazes de conferir maior previsibilidade à condenação. Com base nos exemplos estrangeiros, a indenização deve atender ao sobreprincípio da *proporcionalidade*, cuja densidade é conferida pelos parâmetros aventados pelo direito germânico – especificamente: a necessidade, a adequação e a proporcionalidade em sentido estrito.

O dano social deve levar em conta o grau de culpa do ofensor – distinguíveis, por exemplo, o dolo da culpa grave -, o lucro obtido com a conduta, a condição econômica das partes, a extensão/intensidade do dano na coletividade, a conduta pregressa do ofensor (reincidência) e a cumulação com outras espécies de dano ou sanções impostas (v.g. multa administrativa). Critérios que se submetem ao “modelo bifásico” já utilizado pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que busca conferir proporcionalidade à indenização, ao confrontar as circunstâncias do caso concreto com os paradigmas jurisprudenciais.

A quantia fixada, por fim, deve ser revertida em favor dos fundos públicos previstos na Lei n. 7.347, de 1985.

A proposta original de que os danos sociais deveriam ser pagos ao indivíduo lesado (“promotor público privado”) encontra obstáculo processual – em face da legitimidade extraordinária –, mas, principalmente, cultural. O modelo vigente, que há muito rechaça o viés punitivo da responsabilidade civil, não demonstra tolerância com a destinação ao indivíduo, em especial pela vedação ao enriquecimento sem causa (art. 884, do Código Civil) –mesmo que tal hipótese possa ser refutada.

Fato é que o dano social em favor do indivíduo é causa, ainda que inconsciente, de ineficácia do instituto. Ao reduzir a indenização social, para evitar o locupletamento ou apenas para afirmar a observância da proporcionalidade da verba recebida por um único indivíduo, afronta-se a otimização da verba, atentando com seus fundamentos e finalidades. Por isso, a melhor solução, amparada na norma (material e processual), é a destinação pública.

Os fundos criados pela Lei da Ação Civil Pública consagram gestão democrática, estão sujeitos a estrito controle e transparência – permitindo, inclusive, a responsabilização dos gestores na forma da Lei n. 8.429, de 1992. Logo, referida destinação também deve ser prestigiada em detrimento daquela aventada nos precedentes avaliados – com o pagamento em favor de uma instituição beneficente.

Como visto, o pagamento em favor de associação ou fundação privadas de cunho assistencial detém amparo legal, ao menos de forma analógica (art. 883, parágrafo único, do Código Civil). Todavia, há restrições processuais – ampliação subjetiva da lide – e carência de transparência, já que tais entes não se submetem ao regramento público. Embora inexista dúvida da seriedade de instituições como o GRAAC ou o Hospital das Clínicas, a fixação em favor de terceiros apresenta viés aleatório na escolha da beneficiário – não sujeito a idêntico controle em comparação àquele dos entes públicos.

Deste modo, congruando a múltipla função exigida da responsabilidade civil, os danos sociais devem ser reconhecidos e aprofundados. A figura sugerida tem caráter análogo a institutos estrangeiros, os quais podem corroborar no seu aperfeiçoamento. Reconhecer o dano social como indenização de cunho transindividual, de legitimidade restrita e destinação a fundos públicos consagra sua razão de existir, em especial, a admissão de uma “nova categoria de dano” que atende ao anseio de compensar, mas, também, punir e prevenir o dano.

12. BIBLIOGRAFIA

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de (coord.). **Jornadas de direito civil I, III, IV e V** : enunciados aprovados. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2012. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej/EnunciadosAprovados-Jornadas-1345.pdf>>.

AGUIAR JÚNIOR. Ruy Rosado de (org.). **IV Jornada de Direito Civil**, v. 2. Brasília: Conselho de Justiça Federal, 2007.

ALPA, Guido. **La responsabilità civile**. Parte Generale. Torino: UTET, 2010.

ALSINA, Jorge Bustamante. **Teoría General de la Responsabilidad Civil**. 8ª Ed. ampl. e atual. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1994.

ÁLVAREZ, Agustín. **Repensando la Incorporación de los Daños Punitivos**. Argentina, Academia Nacional de Derecho y Ciencias Sociales de Córdoba. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj7u5zDgKjMAhXEFpAKHXjKBQwQFggmMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.acaderc.org.ar%2Fdoctrina%2Farticulos%2Frepensando-la-incorporacion-de-los-danos-punitivos%2Fat_download%2Ffile&usg=AFQjCNGPbX_3PX5iElh3oNp_FvWBho4Gzw&sig2=czCJyYU15ygiKY6zbnsC0w>, acesso em 12 de outubro de 2016.

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**, v. I, 6ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

ALVIM, Agostinho. **Da inexecução das Obrigações e suas Consequências**. São Paulo: Saraiva, 1949.

ALVIM, Agostinho. **Da Inexecução das Obrigações e suas Consequências**, 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1972.

ANDRADE, Adriano; MASSON, Cleber; ANDRADE, Landolfo. **Interesses Difusos e Coletivos**, 5ª ed., rev. atualizada e ampliada. São Paulo: GEN/Método, 2015.

ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. **Dano Moral e Indenização Punitiva** : Os *punitive damages* na experiência da *common law* e na perspectiva do direito brasileiro, 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. **Indenização Punitiva**, 2008. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=dd10e43d-25e9-478f-a346-ec511dd4188a>, acesso em 10 de agosto de 2016.

ANDRADE, Ronaldo Alves de. **Dano Moral e sua Valoração**, 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ÁNGEL YÁGÜEZ, Ricardo de. **Algunas previsiones sobre el futuro de la responsabilidad civil** (con especial atención a la reparación del daño). Madrid: Civitas, 1995.

ANTUNES VARELA, João de Matos. **Das Obrigações em Geral – v. I**, 10ª ed., Coimbra: Almedina, 2000.

ANTUNES, Ana Filipa; FONSECA, Ana Maria Taveira da; VASCONCELOS, Maria João Pestana; SÁ, Fernando. **Novas Tendências da Responsabilidade Civil**. Coimbra: Almedina, 2007.

ANTUNES, Henrique Sousa. **Da Inclusão do Lucro Ilícito e de Efeitos Punitivos entre as Consequências da Responsabilidade Civil Extracontratual : A Sua Legitimação pelo Dano**. Coimbra: Ed. Coimbra, 2011.

ARAGÃO, Alexandre. “Máfia da merenda pode ter atingido 152 cidades em São Paulo” in **Folha de São Paulo**, 29 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/01/1734870-mafia-da-merenda-pode-ter-atingido-152-cidades-em-sao-paulo.shtml>>, acesso em 30 de janeiro de 2016.

ARISTIZÁBAL VELÁSQUEZ, David. “Apuntes sobre el Daño Punitivo en la Responsabilidad Patrimonial Colombiana” in **Revista Facultad de Derecho y Ciencias Políticas**, vol. 40, n. 112, Universidad Pontificia Bolivariana, Medellín, 2010. Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=151416945007>>, acesso em 15 de fevereiro de 2017.

ASCENSÃO, José de Oliveira. Sociedade do risco e direito do consumidor. In: LOPES, Teresa Ancona; LEMOS, Patrícia Faga Iglecias; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (Coord.). **Sociedade de risco e direito privado**: desafios normativos, consumeristas e ambientais. São Paulo: Atlas, 2013.

BANDEIRA, Paula Greco. “A Evolução do Conceito de Culpa e o Artigo 944 do Código Civil” in **Revista da EMERJ**, v. 11, n. 42, pp. 227/249, 2008.

BAPTISTA, Silvio Neves. **Teoria Geral do Dano** – de acordo com o Novo Código Civil Brasileiro. São Paulo: Atlas, 2003.

BAR-GILL, Oren; BEN-SHAHAR, Omri. “An Information Theory of Willful Breach” in **Michigan Law Review**, vol. 107, n. 8, pp. 1479-1500, 2009.

BARATELLA, Maria Grazia. **Le Pene Private** – Responsabilità Comunicazione Impresa 16. Milano: Giuffrè, 2006.

BARATELLA, Maria Grazia. **Le pene private**. Milano: Giuffrè, 2004.

BARBIERATO, Daniela (a cura di). **Il risarcimento del danno e le sue 'funzioni'**. Napoli: Jovene, 2012.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "Problemas relativos a litígios internacionais" in **Revista de Processo** (Instituto Brasileiro de Direito Processual), v. 17, n. 65, jan./mar. 1992, São Paulo: Revista dos Tribunais, pp. 144-161, 1992.

BARCELLONA, Mario. **Tratatto del Danno e della Responsabilità Civile**. Torino: Utet, 2011.

BARRETT, Joyce E. "Damages for Wrongful Birth" in **Cleveland State Law Review**, v. 21, pp. 34-41, 1972.

BARROS, Paula Cristina Lippi Pereira de. **A sanção socioeducativa como compensação não patrimonial do dano**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010, 214 p.

BARZOTTO, Luis Fernando. Justiça Social - Gênese, estrutura e aplicação de um conceito. **Revista do Ministério Público**, Porto Alegre - RS, v. 50, p. 19-56, 2003.

BASSAN, Marcela Alcazas. As funções da indenização por danos morais e a prevenção de danos futuros. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-24112009-133257/>>.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise** – tradução Renato Aguiar, 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BDINE JÚNIOR, Hamid Charaf. "Artigo 884" in PELUSO, Cezar (coord.). **Código Civil Comentado** : doutrina e jurisprudência, 6ª ed., rev. e atual. Barueri: Manole, 2012.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco** : rumo a outra modernidade, 2ª Ed., reimpressão, trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2013.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e Processo** – Influência do Direito Material sobre o Processo, 4ª Ed., rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2006.

BEHR, Volker. "Punitive Damages in American and German Tendencies Towards approximation of Apparently Irreconcilable Concepts" in **Chicago-Kent Law Review**, vol. 78, n. 105, pp. 105-161, 2003. Disponível em: <<http://scholarship.kentlaw.iit.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3389&context=cklawreview>>, acesso em 26 de setembro de 2016.

BELTRÃO, Rogério Coutinho; VASCONCELOS, Fernando Antônio de. "Punitive Damages: A Indenização de Caráter Punitivo por Danos Morais no Ordenamento

Jurídico Brasileiro” in **Revista Direito e Desenvolvimento**, v. 5, n. 9, pp. 205-225, João Pessoa, jan./jun. 2014.

BENACCHIO, Marcelo. “A função punitiva da responsabilidade civil no Código Civil” in LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore; MARTINS, Fernando Rodrigues (coords.). **Temas Relevantes do Direito Civil Contemporâneo** : Reflexões sobre os 10 anos do Código Civil. São Paulo: Atlas, 2012, pp. 641-668.

BENAZZO, Paolo. **Le ‘Pene Civili’ nel Diritto Privato d’Impresa**. Quaderni di Giurisprudenza Commerciale. Milano: Giuffrè, 2005.

BENTHAM, Jeremy. **Teorías de las Penas y de las Recompensas** – Trad. D.L.B. Paris: Casa de Masson e Hijo, 1826. Disponível em: <http://cdigital.dgb.uanl.mx/la/1080043788_C/1080045964_T3/1080045964_MA.PDF>, acesso em 03 de novembro de 2017.

BHATIA, Kedar S. **Stat Pack for October Term 2014**, SCOTUSBLOG (June 30, 2015). Disponível em: <http://sblog.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2015/07/SB_Stat_Pack_OT14.pdf>, acesso em: 02/07/2016.

BIANCA, Cesare Massimo. **Diritto Civile V** – La Responsabilità, 2ªed. Milano: Giuffrè, 2012.

BIANCA, Massimo. Riflessioni sulla pena privata. In: BUSNELLO, Francesco; SCALFI, Gianguido (orgs.). **Le pene private**. Milano: Giuffrè, 1985.

BIANCHINI, Alice. **Pressupostos Materiais Mínimos da Tutela Penal** – Série As Ciências Criminais no Século XXI, v. 7. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da Pena de Prisão** : Causas e Alternativas, 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BITTAR FILHO, Carlos Alberto. Do Dano Moral Coletivo no Atual Contexto Jurídico Brasileiro. **Revista de Direito do Consumidor**, n. 12, out./dez. 1994, pp. 44-62, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1994.

BITTAR, Carlos Alberto. **Reparação Civil por Danos Morais**, 4ª Ed., rev., aumentada e modificada por Eduardo C. B. Bittar. São Paulo: Saraiva, 2015.

BLOWER, Bradley H. "Exemplary Damages: Applying Natural Justice to Ensure Fundamental Fairness" in **New Zealand Law Review**, 1998.2, pp. 313-344, 1998.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho, 7ª tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da Norma Jurídica** - 5ª ed., trad. Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti, apresentação Alaôr Caffé Alves. São Paulo: EDIPRO, 2012.

BODENSTEIN, H. D. J. "English Influences on the Common Law of South Africa" in **South African Law Journal**, v. 32, n. 4, Juta Law Publishing, Cidade do Cabo, pp. 337-358, 1915.

BORGHETTI, Jean-Sébastien. "Punitive damages in France" in KOZIOL, Helmut; WILCOX, Vanessa. **Punitive Damages: Common Law and Civil Law Perspectives** – Tort and Insurance Law, v. 25. Vienna: Springer, 2009, pp. 55-73.

BOURRIÉ-QUENILLET. "Le préjudice moral des proches d'une victime blessée : dérive litigieuse ou prix du désespoir" in **"La Semaine Juridique"**, n° 51, 16 décembre 1998, p. 2205, 1998. Disponível em: <http://www.lexisnexis.fr/droit-document/article/la-semaine-juridique-edition-generale/51-1998/T02_PS_SJG_SJG9851DT02.htm#.V4KvPldk-Rs>, acesso em 30 de setembro de 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório da Comissão de Constituição e Justiça e Redação sobre o PL 6.960/2002**, Deputado Vicente Arruda, 2004. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/196514.pdf>>, acesso em 23 de março de 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei n. 278**, de 2010. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar a multa civil. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/98320>>, acesso em 10 de maio de 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL 114/2008**, Senador Álvaro Dias, 2011. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4664919&disposition=inline>>, acesso em 23 de março de 2017.

BRASILINO, Fábio Ricardo Rodrigues. "O dano social e função social da responsabilidade civil" in FIÚZA, César Augusto de Castro; SILVA, Rafael Peteffi da; JÚNIOR, Otávio Luiz Rodrigues (coord.). **Direito Civil I**. Florianópolis: CONPEDI, 2014, p. 412-433. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=1cde2efe98ea537f>>, acesso em 10 de abril de 2017.

BRASILINO, Fábio Ricardo Rodrigues. **Dano Social como instrumento paradigmático-constitucional de efetivação da dignidade humana**. 2015. Disponível em: <<http://brasilino.adv.br/?p=40>>, acesso em 10 de abril de 2017.

BRASLOW, Norman T. "The Recognition and Enforcement of Common Law Punitive Damages In a Civil Law System: Some Reflections on the Japanese Experience" in

Arizona Journal of International and Comparative Law, vol. 16, n. 2, pp. 285-365, 1999.

BREBBIA, Roberto Horacio. **El Daño Moral**. Buenos Aires: Bibliográfica Argentina, 1950.

BRICOLA, Franco. La riscoperta delle “pene private” nell’ottica del penalista in **Foro Italiano**, v. 108, n. 1, jan./1985, pp. 1-16, 1985.

BRODSKY, Jonathan M., “Daño punitivo: prevención y justicia en el derecho de los consumidores” in **Lecciones y Ensayos**, n. 90, pp. 277-298, 2012.

BRYNJOLFSSON, Erik; MCAFEE, Andrew; CUMMINGS, JEFF. **The Second Machine Age**: Work, Progress, and Prosperity in a Time of Brilliant Technologies. New York: W.W. Norton & Company, 2014.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil** – Volume Único, 2ª Ed. (inteiramente estruturado à luz do NCPC). São Paulo: Saraiva, 2016.

BUSNELLI, Francesco D.; PATTI, Salvatore. **Danno e Responsabilità Civile**, 3ª ed. Torino: G. Giappichelli, 2013.

BUSNELLI, Francesco D.; SCALFI, Gianguido (a cura di). **Le Pene Private**. Milano: Giuffrè, 1985.

BUSNELLI, Francesco. *Interessi della Persona e Risarcimento del Danno*, **Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile**, anno L (1996), pp. 1-25, Milano: Giuffrè, 1996.

BUSTAMANTE, Thomas da Rosa. “A ‘Lei da Boa Razão’ e a cultura jurídica oitocentista: prolegômeno para uma proposta de compreensão da cultura jurídica brasileira contemporânea à luz do pensamento de Antônio Manuel Hespanha” in **Revista Estudos Filosóficos**, n. 14, pp. 96-112, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei (MG), 2015. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art7%20rev14.pdf>, acesso em 12 de fevereiro de 2017.

CAHALI, Youssef Said. **Dano Moral**, 7ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

CALABRESI, Guido. “Some thoughts on Risk Distribution and the Law of Torts” in **Yale Law Journal**, v. 70, n. 4, pp. 499-553, março/1961.

CALABRESI, Guido. **Costo degli Incidenti e Responsabilità Civile** : Analisi economico-giuridica, ristampa. Milano: Giuffrè, 2015.

CALABRESI, Guido. **The Costs of Accidents** : A Legal and Economic Analysis, student edition. New Haven: Yale University Press, 1970.

CAMARGO, Bárbara Galvão Simões de. “A ação coletiva face ao microdanos” in **Revista de Processo**, Instituto Brasileiro de Direito Processual – v. 38, n. 219, pp. 405-422, maio/2013.

CAMARGO, Paulo Sérgio Uchôa Fagundes Ferraz de. **Dano Moral Coletivo** : Uma possibilidade de aplicação dos danos punitivos. São Paulo: Almedina, 2016.

CAMPOS SCAFF, Fernando. “Da culpa ao risco” in RODRIGUES JUNIOR, Otávio Luiz; MAMEDE, Gladston; VITAL DA ROCHA, Maria et. alli. (coords.) **Responsabilidade Civil Contemporânea em homenagem a Sílvio de Salvo Venosa**. São Paulo: Atlas, 2011.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz (coords.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra: Almedina, 1998.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**, 6a ed. Coimbra: Almedina, 1993.

CAPITANT, Henri. **Introduction à l'Étude du Droit Civil**: Notions générales, 5^e Éd. Paris: Pedone, 1929.

CAPPELLETTI, Mauro. **Acesso à Justiça**. Trad. de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CAPPELLETTI, Mauro. Formazioni sociali e interessi di gruppo davanti alla giustizia civile. **Rivista di Diritto Processuale**, n. 30, p. 361-402, 1975.

CARMON, Haggai. **Foreign Judgments in Israel** : recognition and enforcement, trad. Rafaella Levine e Haggai Carmon. New York: Springer, 2011.

CARNEIRO, Luiz Orlando. “As explicações de Fux para os vetos ao novo CPC” in **Jota**, 17 de março de 2015. Disponível em: <<http://jota.uol.com.br/as-explicacoes-de-fux-para-os-vetos-ao-novo-cpc>>.

CARPES, Artur Thompsen. **A Prova do Nexo de Causalidade na Responsabilidade Civil** – Col. O Novo Processo Civil (Coords. Luiz Guilherme Marinoni; Sérgio Cruz Arenhart; Daniel Mitidiero). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

CARRÁ, Bruno Leonardo Câmara. **Direito Civil Atual** : É possível uma responsabilidade civil sem dano? Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-abr-18/direito-civil-atual-possivel-responsabilidade-civil-dano>>, acesso em 22 de abril de 2016.

CARUSI, Donato; DI MAJO, Adolfo et alii. **La Reponsabilità e Il Danno III**, Attuazione e Tutela de Diritti (Dirito Civile, diretto da Nicolò Lipari e Pietro Rescigno). Milano: Giuffrè, 2009.

CARVAL, Suzanne. “La responsabilité civile dans sa fonction de peine privée” in **Revue Internationale de Droit Comparé**, vol. 47, n. 4, Octobre-décembre/1995. pp. 1046-1047, 1995, p. 1.046. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/ridc_0035-3337_1995_num_47_4_5187>, acesso em 28 de setembro de 2016.

CARVAL, Suzanne. **La responsabilité civile dans sa fonction de peine privée**. Paris : L.G.D.J., 1995.

CASTRONOVO, Carlo. **Eclissi del Diritto Civile**, ristampa emendata. Milano: Giuffrè, 2012.

CAYLA, Olivier; THOMAS, Yan. **Du droit de ne pas naître : À propos de l'affaire Perruche**, Paris: Gallimard, 2002.

CENDON, Paolo. **Trattato dei nuovi Danni** : danni da inadempimento, responsabilità del professionista, lavoro subordinato – Volume Quarto. Padova: Cedam, 2011.

CENDON, Paolo. **Trattato dei nuovi Danni** : danni da reato, responsabilità processuale pubblica amministrazione – Volume Sesto. Padova: Cedam, 2011.

CENDON, Paolo. **Trattato dei nuovi Danni** : Danni in generale, integrità fisica e psichica, criteri del risarcimento - Volume Primo. Padova: Cedam, 2011.

CENDON, Paolo. **Trattato dei nuovi Danni** : informazioni erronee, soggetti deboli, illeciti informatici, danni ambientali – Volume Quinto. Padova: Cedam, 2011.

CENDON, Paolo. **Trattato dei nuovi Danni** : malpractice medica, prerogative della persona, voci emergenti della responsabilità – Volume Secondo. Padova: Cedam, 2011.

CENDON, Paolo. **Trattato dei nuovi Danni** : uccisione del congiunto, responsabilità familiare, affido adozione – Volume Terzo. Padova: Cedam, 2011.

CESARINI-SFORZA, Widar. “Ordinamenti giuridici privati” in **Rivista Trimestrale del Diritto Pubblico**, pp. 249-331, 1995.

CHAMATROPULOS, Demetrio Alejandro. **Los daños punitivos en la Argentina**. Buenos Aires: Errepar, 2009.

CHIRONI, Gian Pietro. **La Culpa en el Derecho Civil Moderno**. Madrid: Reus, 1928.

CHRISTIE, George C. "Current Trends in the American Law of Punitive Damages" in **Anglo-american Law Review**, n. 20, pp. 349-370, 1991.

CINTRA, Antônio Carlos Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*, 26ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

CINTRA, Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**, 25ª Ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2009.

COASE, Ronald. "The Problem of Social Cost" in **The Journal of Law and Economics**, v. 3, pp. 1-44, outubro/1960.

COMANDÉ, Giovanni. *Risarcimento del Danno Alla Persona e Alternative Istituzionale*: Studio di Diritto Comparato. Torino: Giappichelli, 1999.

CONSEIL D'ETAT. **Rapport Public** : Jurisprudence et avis de 1997. Paris: La Documentation Française, 1998.

CONSEIL DE L'EUROPE. **Règlement de la Cour** : Cour Européenne des Droits de L'Homme. Strasbourg, 2016. Disponível em: <http://www.echr.coe.int/Documents/Rules_Court_FRA.pdf>, acesso em 03 de outubro de 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Relatório **Justiça em Números 2015**: ano-base 2014. Brasília: CNJ, 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2015/09/ff7463a6fe08604488795034964c0508.swf>>, acesso em 20 de setembro de 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em Números 2016**: ano-base 2015. Brasília: CNJ, 2016. Disponível em: <<http://cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/12/9d7f990a5ea5e55f6d32e64c96f0645d.pdf>>, acesso em 20 de setembro de 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em Números 2017**: ano-base 2016. Brasília: CNJ, 2017. Disponível em: <<http://cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/12/9d7f990a5ea5e55f6d32e64c96f0645d.pdf>>, acesso em 15 de dezembro de 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Regras de Tóquio** : regras mínimas padrão das Nações Unidas para a elaboração de medidas não privativas de liberdade

(Série: Tratados Internacionais de Direitos Humanos). Coordenação: Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016.

COOTER, Robert D. "Punitive Damages, Social Norms and Economic Analysis" in **Law and Contemporary Problems**, vol. 60, n. 3. Summer/1993, pp. 73-91, 1997.

CORDECH, Pablo Salvador. "Punitive Damages" in **InDret Revista para el Análisis del Derecho**, n. 13 (2000), Barcelona, 2000. Disponível em: <http://www.indret.com/pdf/013_es.pdf>, acesso em 20 de outubro de 2017.

CORNET, Manuel; RUBIO, Gabriel Alejandro. "Daños punitivos" in **Anuario de Derecho Civil**, Tomo III (1997), pp. 31/45, Córdoba (Argentina), 1997.

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA. **Relatório Bimestral de Atividades do NUMOPEDE outubro-novembro/2016**. Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas (NUMOPEDE), Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 13 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.tjsp.jus.br/PublicacaoADM/Handlers/FileFetch.ashx?id_arquivo=77180>, acesso em 12 de janeiro de 2017.

CORTÉS, Édgar. "Constitución y Responsabilidad Civil. Una relación ambivalente" in **Revista de Derecho Privado**, Universidad Externado de Colombia, n. 11, pp. 171-179, 2006.

COSTA NETO, João. "*A Máxima da Proporcionalidade: um elemento estrutural do constitucionalismo global*" in **Observatório da Jurisdição Constitucional**, Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), n. 1, ano 7, jan./jun. 2014, Brasília, pp. 23-41, 2014.

COSTA, Susana Henriques da. **O Processo Coletivo na Tutela do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

CRASWELL, Richard. "When is a Willful Breach Willful - The Link between Definitions and Damages" in **Michigan Law Review**, v. 107, n. 8, Michigan/USA, pp. 1501-1516, 2009.

CUNHA, Edilson Alkmim; ALVES, Antônio Augusto Catão [et. al.]. **Corpus Iuris Civilis** : Digesto – Livro I. Brasília: TRF1 – Escola da Magistratura Federal da 1ª Região, 2010

CUNHA, Leonardo Carneiro da; MACÊDO, Lucas Buril de; ATAÍDE JR, Jaldemiro Rodrigues de (org.). **Precedentes judiciais no NCPC**. Coleção Novo CPC e novos temas. Salvador: Juspodivm, 2015.

CUPIS, Adriano de. **Il Danno** – Teoria Generale della Responsabilità Civile. Milano: Giuffrè, 1946.

D'ALESSANDRO, Elena. "Pronunce americane di condanna al pagamento dei punitive damages e problemi di riconoscimento in Italia" in **Rivista di Diritto Civile**, Cedam, pp. 383 e ss., 2007.

DALLA MASSARA, Tommaso. "Terzo comma dell'art. 96 c.p.c.: quando, quanto e perché?" in **Nuova Giurisprudenza Civile Commentata**, n. 1, anno XXVII, Cedam, pp. 55-72, 2011.

DE PAGE, Henri. **Traité Élémentaire De Droit Civil Belge** : Principes, Doctrine, Jurisprudence, V. II. Bruxelles: Emile Bruylant, 1933.

DEGENHART, Cristoph. **Staatsrecht I** : Staatsorganisationsrecht – Mit Bezügen zum Europarecht, 28ª Ed. Heidelberg: C.F. Muller, 2012.

DELGADO, Mario Luiz; ALVES, Jones Figueiredo. **Novo Código Civil – Questões Controvertidas** : Responsabilidade Civil, v. 5. Séries Grandes Temas de Direito Privado. São Paulo: Método, 2006.

DEMOGUE, René. "Validity of the Theory of Compensatory Damages" in **The Yale Law Journal**, Vol. 27, No. 5, Mar./1918, pp. 585-598, 1918.

DEUTSCHER JURISTENTAG. **Beschlüsse** n. 66, Stuttgart 19, bis 22, setembro de 2006. Disponível em: <http://www.djt.de/fileadmin/downloads/66/66_DJT_Beschluesse.pdf>, acesso em 05 de maio de 2017.

DOLINGER, Jacob. **A Evolução da Ordem Pública no Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Luna, 1979.

DOMAT, Jean. **Les loix civiles dans leur ordre naturel; le droit public et legum delectus**, nouvelle édition, t. 1. Paris: Savoye, 1756.

DOMAT, Jean. **Oeuvres complètes**, nouvelle édition par Joseph Remy. Paris: Firmin Didot, 1828.

DONNINI, Rogério. "Prevenção de Danos e a extensão do princípio neminem laedere". In **Responsabilidade Civil** – estudos em homenagem ao Prof. Rui Geraldo Camargo Viana. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, pp. 482/503.

DONNINI, Rogério. "A complementação de lacunas no Código Civil: continua a vigor o artigo 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB?" in CASSETTARI, Christiano (coord.); VIANA, Rui Geraldo Camargo (orient.). **10 anos de vigência do Código Civil Brasileiro de 2002**: Estudos em homenagem ao professor Carlos Alberto Dabus Maluf. São Paulo: Saraiva, 2013.

DREIER, Thomas. **Kompensation und Prävention** : Rechtsfolgen der unerlaubten Handlung im Bürgerlichen. Tübingen: Möhr Siebeck, 2002.

DURAND, Jean-Paul. "The Civil Code and the Canon Law", **Pouvoirs, revue française d'études constitutionnelles et politiques**, nº107, 107 - Le Code civil, p.59-79. Disponível em: <<http://www.revue-pouvoirs.fr/The-Civil-Code-and-the-Canon-Law.html>>, acesso em 15 de novembro de 2017.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Nacional, 1974.

ENNECCERUS, Ludwig. **Tratado de Derecho Civil** : derecho de obligaciones, t. 2, v. 1. Tradução da 35ª ed. em alemão por Pérez Gonzales e José Alguer. Barcelona: Bosch, 1954.

ESHEINER, José Maria Rosa. "Juiz *bouche de la loi* – em Defesa de Montesquieu" in **Revista Páginas de Direito**, Porto Alegre, ano 8, nº 788, 23 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www.tex.pro.br/home/noticias2/64-artigos-jun-2008/5975-juiz-bouche-de-la-loi--em-defesa-de-montesquieu>>, acesso em 23 de maio de 2016.

ESMEIN, Paul. "Examen doctrinal Responsabilité Civile" in **Revue Critique de Législation et de Jurisprudence**, v. 47, n. 513, pp. 513-527, 1927.

ESMEIN, Paul. "La faute et sa place dans la responsabilité civile" in **Revue Trimestrielle de Droit Civil**, v. 47, pp. 481-490, 1949.

ESPÍNDOLA SANTOS, Adriano Barreto. **O dano social e as funções punitiva e social da responsabilidade civil**. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/29870/1/O%20dano%20social%20e%20as%20funcoes%20punitiva%20e%20social.pdf>>, acesso em 20 de setembro de 2017.

ESPM. **Resultados INSC** - Índice Nacional de Satisfação do Consumidor, julho 2016. Disponível em: <<http://www.insc.com.br/resultados/>>, acesso em 20 de setembro de 2016.

FABRINI, Fábio. "Agências reguladoras aplicam multas, mas não recebem nem metade do valor" in **Estado de São Paulo**, Política, 12 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,agencias-reguladoras-aplicam-multas-mas-nao-recebem-nem-metade-do-valor,996175>>, acesso em 07 de janeiro de 2017.

FACCHINI NETO, Eugênio. Code Civil francês : gênese e difusão de um modelo. **Revista de Informação Legislativa**, n. 198, ano 50, abr./jun. 2013.

FACHIN, Luiz Edson. **Responsabilidade civil contemporânea no Brasil** : notas para aproximação. 2013. Disponível em: <<http://fachinadvogados.com.br/artigos/FACHIN%20Responsabilidade.pdf>>, acesso em 28 de agosto de 2015.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson; NETTO, Felipe Peixoto Braga. **Curso de Direito Civil** : responsabilidade civil, v. 3, 3ª ed., rev. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão** : Teoria do Garantismo Penal, 4ª ed., rev., trad. Ana Paula Zomer Sica, Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares, Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

FERRARI, Franco. **Atipicità dell'Illecito Civile** : una comparazione. Milano, Giuffrè, 1992.

FERRAZ, Tercio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito** : técnica, decisão, dominação, 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FERREIRA DA SILVA, Sara Monteiro Pinto. **Danos Punitivos – Problemas em relação à sua admissibilidade no ordenamento jurídico português**. Ago./2012. Dissertação (Mestrado Forense) – Faculdade de Direito, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2012.

FERREIRA, Gezina Nazareth. **O Caráter Punitivo do Dano Moral**. Artigo (Especialização em Direito do Consumidor) – EMERJ, Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, TJRJ, Rio de Janeiro, 2012, 19p.

FERREIRA, Keila Pacheco; BIZELLI, Rafael Ferreira. “A Cláusula Geral de Tutela da Pessoa Humana: enfoque específico no Dano Existencial, sob a perspectiva civil-constitucional” in **Revista de Direito Privado**, ano 14, vol. 54, pp. 11-43, abr.-jun./2013.

FILHO, Ralpo Waldo De Barros Monteiro; ZANETTA, Renata Pinto Lima. “O dano na responsabilidade civil” in GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello; BENACCHIO, Marcelo. **Responsabilidade Civil**. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2015.

FILHO, Sérgio Cavalieri. **Programa de responsabilidade civil**, 10ª Ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012.

FISCHER, Hans Albrecht. **A reparação dos Danos no Direito Civil**. Trad. de Antônio Arruda Ferrer Correia. São Paulo: Livraria Acadêmica/Saraiva, 1938.

FIUZA, César; MORAES, Kelly Cardoso Mendes de. **Crítica à Aplicabilidade aos Danos Morais do parágrafo único do art. 944 do Código Civil**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=5434d832e0dd3baa>>, acesso em 10 de outubro de 2016.

FLOUR, Yvonne. Faute et Responsabilité Civile: Déclin ou Renaissance. **Revue Française de Théorie Juridique**, Paris, n. 5 (1987), pp. 29-43, 1987.

FLUMIGNAN, Silvano José Gomes. “Uma nova proposta para a diferenciação entre o dano moral, o dano social e os *punitive damages*” in **Revista dos Tribunais**, vol. 958, ano 104, p. 119-147. São Paulo: Revista dos Tribunais, ago. 2015.

FLUMIGNAN, Silvano José Gomes. **Dano-evento e dano-prejuízo**. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 14. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-18112011-131559/>>, acesso em 07 de janeiro de 2017.

FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS. **Carta do Rio de Janeiro**, III Encontro do FPPC, Rio de Janeiro, 25-27 de abril de 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/7103232/Carta_do_Rio_-_III_Fórum_Permanente_de_Processualistas_Civis>, acesso em 20 de julho de 2016.

FOUCAULT, Michel. **A Sociedade Punitiva** : Curso no Collège de France (1972-1973), trad. Ivone C. Bnedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

FREIRE, Alexandre; FREIRE, Alonso Reis; MEDINA, José Miguel Garcia. “Para uma compreensão adequada do sistema de precedentes no projeto do Novo Código de Processo Civil Brasileiro” in DIDIER JR., Freddie; FUX, Luiz et alli. **Novas Tendências do Processo Civil – Estudos Sobre o Projeto do Novo CPC**. Salvador: JusPodivm, 2013.

FRIEDL, Birgit. “Wrongful Birth Claims in Germany.” In **King's College Law Journal**, v. 5 pp. 161-165, Londres, 1994-1995.

FUCHS, Maximilian. “I caratteri fondamentali del sistema della responsabilità civile tedesca” in **Danno e Responsabilità**, n. 12, pp. 1133-1149, 2001.

GABBA, Carlo Francesco. **Questioni di Diritto Civile**, vol. II. Torino: Fratelli Bocca, 1911. Disponível em: <<http://catalog.hathitrust.org/Record/008975573>>, acesso em 30 de setembro de 2017.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. **Novo Curso e Direito Civil**, volume 3: responsabilidade civil, 10^a. Ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.

GALANTER, Marc. “Real world torts: an antidote to anecdote” in **Mariland Law Review**, v. 55, pp. 1.093-1.160, 1996.

GALGANO, Francesco. “Civile e penale nella legislazione valutaria” in **Politica del Diritto**, Il Mulino, anno VI, 1976.

GALGANO, Francesco. “La Commedia della Responsabilità Civile” in **Rivista Critica del Diritto Privato**, v. 5, Società Editrice Il Mulino, pp. 191-205, 1987.

GALLAS, Daniel. "Rebuilding lives after Brazil's worst mining accident" in **BBC News**, 20 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/business-34849083>>, acesso em 01 de setembro de 2016.

GALLO, Paolo. **Pene Private e Responsabilità Civile**, Milano: Giuffrè, 1996.

GARCEZ NETO, Martinho. **Prática da Responsabilidade Civil**, 2ª Ed., rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Editora Jurídica e Universitária, 1972.

GARCIA, Rogério Maia. "A sociedade de risco e a (in)eficiência do Direito Penal na era da Globalização" in **Revista de Estudos Criminais**, v. 5, n. 17, Porto Alegre, pp. 77-104, 2005.

GASSET, José Ortega y. **A rebelião das massas**. Rio de Janeiro: Livro Ibero-americano, 1959.

GAUNTLET, J. J. "Corbett The Quantum of Damages in Bodily and Fatal Injury Cases – Volume I: General Principels" in **Journal of South African Law**, v. 4, pp. 794-796, 1995.

GERAQUE, Eduardo; MENA, Fernanda. "Tragédia em Minas Gerais deve secar rios e criar deserto de lama" in **Folha de São Paulo**, 15 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1706510-tragedia-em-minas-gerais-deve-secar-rios-e-criar-deserto-de-lama.shtml>>, acesso em 01 de setembro de 2016.

GERMANO, Geandrei Stefanelli. **Punitive damages nas relações de consumo**. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-03102012-084841/>>, acesso em 10 de janeiro de 2016.

GHIARDI, James D. "The Case against Punitive Damages" in **The Forum** 8.2, 1972-1973, pp. 411-424, 1973.

GIDI, Antonio. **A class action como instrumento de tutela coletiva dos direitos** : as ações coletivas em uma perspectiva comparada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

GILEAD, Israel. "Issues in the Law of Torts" in **Israel Law Review**, vol. 24, pp. 650-656, Tel Aviv, 1990.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. **A liberdade de imprensa e os direitos da personalidade**. São Paulo: Atlas, 2001.

GODOY, Cláudio Luiz Bueno de. **Responsabilidade civil pelo risco da atividade** : uma cláusula geral no Código civil de 2002, 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GODOY, Claudio Luiz Bueno. “Artigo 927” in PELUSO, Cezar (coord.). **Código Civil Comentado** : doutrina e jurisprudência, 6ª ed., rev. e atual. Barueri: Manole, 2012.

GODOY, Claudio Luiz Bueno. Alguns apontamentos sobre o dano moral, sua configuração e o arbitramento da indenização. In. CASSETARI, Christiano (coord.); CAMARGO VIANA, Rui Geraldo (orient.). **10 anos de vigência do Código Civil Brasileiro de 2002** : Estudos em homenagem ao Prof. Carlos Alberto Dabus Maluf. São Paulo: Saraiva, 2012.

GODOY, Gabriel Gualano. **Acórdão Perruche e o Direito de Não Nascer**. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007 Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/12026/nao_nascer_FINAL.pdf;jsessionid=870BDE8162F96BF65DF073856DE3F944?sequence=1>, acesso em 05 de agosto de 2017.

GODOY, Gabriel Gualano. **Acórdão Perruche e o direito de não nascer**. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

GOMES, Júlio. “Uma função punitiva para a responsabilidade civil e uma função reparatória para a responsabilidade penal?” in **Revista de Direito e Economia**, ano XV (1989), Universidade de Coimbra, pp. 105-144, 1989. Disponível em: <<http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/18283>>, acesso em 24 de junho de 2017;

GOMES, Luiz Flávio. “*Reincidência: novo conflito entre o STF e a Corte Interamericana*” in **Jornal Carta Forense**, 03 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.carteforense.com.br/conteudo/colunas/reincidencia-novo--conflito-entre-o-stf-e--a-corte-interamericana/11076>>, acesso em 20 de janeiro de 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil**, Vol. 5. São Paulo: Saraiva, 2004.

GONÇALVES, Vitor Fernandes. **A punição na responsabilidade civil**. Brasília: Brasília Jurídica, 2005.

GONZALO, Marco Lopez de. “Punitive Damages e Ordine Pubblico” in **Rivista di Diritto Internazionale Privato e Processuale**, anno XLIV, n. 1, gen.-mar./2008, págs. 77/83, 2008.

GRAY, Withmore; ZHENG, Henry Ruiheng. “*General Principles of Civil Law of the People’s Republic of China*” in **Law and Contemporary Problems**, v. 52, n. 2, pp. 27-57, 1989.

GREEN, Leslie. "Positivism and the Inseparability of Law and Morals" in ZALTA, Edward (editor). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, Spring (2003). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/legal-positivism/>>, acesso em 10 de fevereiro de 2017.

GREENLEAF, Simon. **Treatise on the Law of Evidence**, v. II, 14^a Ed. Boston: Little, Brown and Co., 1883.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor** : Comentado pelos autores do Anteprojeto. 11^a Ed. Rev. Atualizada e reformulada. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

GRINOVER, Ada Pellegrini. "Réquiem para a reforma dos processos coletivos" in **Revista do Advogado**, ano XXXVI, n. 130, ago./2016, pp. 9-13, Associação dos Advogados de São Paulo, 2016.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto**, 8^a Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello; BENACCHIO, Marcelo. **Responsabilidade Civil**. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2015.

GUERRA, Alexandre; BENACCHIO, Marcelo (coords.). **Responsabilidade Civil Bancária**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

GUERRA, Alexandre. "Dano Moral Punitivo e a Indenização Social: A destinação de parte da indenização por danos morais punitivos em favor de instituições locais de beneficência, a critério judicial, como forma de evitar o enriquecimento ilícito da vítima" in GUERRA, Alexandre; BENACCHIO, Marcelo (coords.). **Responsabilidade Civil Bancária**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

GUIMARÃES, Patrícia Carla Monteiro. "Os Danos Punitivos e a Função Punitiva da Responsabilidade Civil" in **Revista de Direito e Justiça**, vol. XV, t. 1, 2001.

HASSEMER, Winfried. **Fundamentos del Derecho Penal**. Barcelona: Bosch, 1984.

HAWKINS, Andrea Moore. "Balancing Act: Public Policy and Punitive Damages Caps" in **South Carolina Law Review**, v. 49, n. 2, pp. 293-310, 1998.

HERNANDÉZ, Luís Carlos Sánchez. "Reflexiones en torno a las funciones de la condena por daños extrapatrimoniales a la persona a partir del estudio de la "iniuria" del derecho romano clásico" in **Revista de Derecho Privado**, n. 23, jul.-dez./2012, pp. 312, 364, 2012. Disponível em: <http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/revdpriv23&div=2&g_sent=1&collection=journals#>, acesso em 10 fevereiro de 2016.

HERRERA, Edgardo López. **Los Daños Punitivos**, 1ª Ed. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 2008.

HESPANHA, António Manoel. **A História do Direito na História Social**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

HIGA, Flávio da Costa. **Responsabilidade Civil Punitiva** – Os “Punitive Damages” no Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

HIGA, Flávio da Costa. **Responsabilidade Civil Punitiva** : Os “punitive damages” no direito brasileiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes (coord.). **A Outra Face do Poder Judiciário** – Decisões Inovadoras e Mudanças de Paradigmas, v. 1. São Paulo: Del-Rey, 2005.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. “Responsabilidade Pressuposta” in **EOS – Revista Jurídica da Faculdade de Direito**, v. 2, n. I, ano II, Faculdade Dom Bosco. Núcleo de Pesquisa do Curso de Direito, pp. 54-66, Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.dombosco.sebsa.com.br/faculdade/revista_direito/3edicao/3ª%20edição%20completa.pdf>, acesso em 15 de janeiro de 2017.

HOBBSAWN, Eric. **A era das revoluções** : 1789 -1848, 25ª Ed., Trad. Maria Teixeira. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HODGIN, R. W.; VEITCH, E. “Punitive Damages – Reassessed” in **International and Comparative Law Quarterly**, v. 21, pp. 119-132, 1972.

HUGUENEY, Louis. **La Peine Privée en Droit Contemporain** : quelques observations de droit maritime, de droit international et de droit civil comparé. Paris : Librairie Générale de Droit & de Jurisprudence, 1906.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** 2005 e 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet/default.shtm>>, acesso em 29 de fevereiro de 2016.

IHERING, Rudolf Von. **A luta pelo Direito**. Trad. João de Vasconcelos. São Paulo: Martin Claret, 2009.

IRIGOYEN TESTA, Matías. **Análisis económico del derecho de daños** : los daños punitivos, Tese (Doutorado) - Facultad de Derecho, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2006.

JAULT, Alexis. **La Notion de Peine Privée**, Bibliothèque de Droit Privé – Tome 442, Préface de François Chabas. Paris: L.G.D.J., 2005.

JOSSERAND, Louis. “Evolução da Responsabilidade Civil” Trad. Raul Lima in **Revista Forense**, fasc. 454, Vol. LXXXVI, pp. 52/63, Rio de Janeiro, abril de 1941.

JULIO STRADA, Alexei. **La Eficacia de los Derechos Fundamentales entre Particulares**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2000.

JUNKES, Sérgio Luiz. “A culpa e a punição não podem servir de critério para a fixação da indenização por dano moral” in **Novos Estudos Jurídicos**, v. 11, n. 2, pp. 291-299, jul./dez. 2006.

JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antonio. “(Parecer) O Direito como sistema complexo e de 2ª ordem; sua autonomia. Ato nulo e ato ilícito. Diferença de espírito entre responsabilidade civil e penal. Necessidade de prejuízo para haver direito de indenização na responsabilidade civil” in **Estudos e Pareceres de Direito Privado**. São Paulo: Saraiva, 2004, pp. 25-37.

JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antonio. “Cadastros de Restrição ao Crédito: Dano Moral” in **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo: RT, n. 36, 2000.

JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antonio. “O direito pós-moderno”, **Revista USP**, n. 42, pp. 96/101, junho/agosto 1999.

JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antonio. “Por uma nova categoria de dano na responsabilidade civil: o dano social” in **Revista Trimestral de Direito Civil**, Rio de Janeiro, ano 5º, n. 19, pp. 211-218, jul./set., 2004.

JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antonio. **Estudos e Pareceres de Direito Privado**. São Paulo: Saraiva, 2004.

JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antonio. **Novos Estudos e Pareceres de Direito Privado**. São Paulo: Saraiva, 2009.

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz. **Finalidades da Pena**. Barueri: Manole, 2004.

JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patrícia. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2013.

KANT, Immanuel. **Princípios Metafísicos da Doutrina do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**, 7ª Ed. – Trad. João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KLATT, Matthias; MEISTER Moritz. “Der Grundsatz der Verhältnismäßigkeit. Ein Strukturelement des globalen Konstitutionalismus” in **Juristische Schulung**, ano 54,

n. 3, p. 193-199. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4628616>>, acesso em 20 de janeiro de 2017.

KOZIOL, Helmut; WILCOX, Vanessa. **Punitive Damages: Common Law and Civil Law Perspectives** – Tort and Insurance Law, v. 25. Vienna: Springer, 2009.

KOZIOL, Helmut. “Punitive Damages – A European Perspective” in **Louisiana Law Review**, vol. 68, 741, 2007-2008, pp. 741-764, 2008.

KOZIOL, Helmut. “Punitive Damages in China” in **Frontiers of Law in China**, v. 9, n. 3, pp. 308-320, set. 2014.

KRAMMER, Mathew H. **Where Law and Morality Meet**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

LAIDLER, Pawel. “The Distinctive Character of the Quebec Legal System” in PLACE AND MEMORY IN CANADA: GLOBAL PERSPECTIVES (3rd Congress of Polish Association for Canadian Studies & 3rd International Conference of Central European Canadianists), **Anais**, Cracóvia, pp. 277-287, 2004. Disponível em: <<http://www.ptbk.org.pl/userfiles/file/laidler04.pdf>>, acesso em 02 de janeiro de 2017.

LALOU, Henri. “La gamme des fautes” in **Recueil Hebdomadaire de jurisprudence en matière civile, commerciale, administrative et de droit public**, Dalloz, chron., 1940.

LALOU, Henri. **La Responsabilité Civile** : Principes élémentaires et applications pratiques. Paris: Dalloz, 1928.

LEAL, Pastora do Socorro Teixeira (coord.). **Direito Civil Constitucional e outros estudos em homenagem ao Prof. Zeno Veloso** : uma visão luso-brasileira. Curitiba: Método, 2014.

LEVY, Daniel de Andrade. “Uma Visão Cultural dos *Punitive Damages*” in **Revista de Direito Privado**, n. 45, jan.-mar./2011, ano 12, pp.166-216, 2011.

LEVY, Daniel de Andrade. **Responsabilidade Civil** : De um Direito dos Danos a um Direito das Condutas Lesivas. São Paulo: Atlas, 2012.

LIMA MARQUES, Cláudia (Coord.). **Diálogo das Fontes** – do conflito à coordenação de normas do direito brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

LIMA, Alvino. **Culpa e risco**, 2^a Ed., revista e atualizada por Ovídio Rocha Barros Sandoval. São Paulo: Revista dos Tribunais.

LIMA, Alvino. **Da Culpa ao risco**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

FRANÇA, Rubens Limongi. "As Raízes da Responsabilidade Aquiliana" in **Revista dos Tribunais**, n. 577, São Paulo, pp. 267-287, nov./1983.

LIN, Ye. "The Torts System in China" in **Law and Contemporary Problems**, v. 52, n. 3, trad. Li Xiaoming e Henry Pitney, pp. 143-167, 1989. Disponível em: <<http://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4002&context=lcp>>, acesso em 05 de fevereiro de 2016.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. "Constitucionalização do direito civil", **Revista de Informação Legislativa**, a. 36, n. 141, Brasília, jan./mar. 2009. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/453/r141-08.pdf?sequence=4>>, acesso em 12 de março de 2017.

LOEVINGER, Lee. "Jurimetrics: The Methodology of Legal Inquiry" in **Law and Contemporary Problems**, v. 28, pp. 5-35, Winter/1963.

LOMBA, Christiano Tadeu M. "O dano social" in **Informe Jurídico JEC n. 4**, Siqueira Castro Advogados, outubro de 2013. Disponível em: <http://www.siqueiracastro.com.br/informativos/Informe-JEC/2013/info_jec-04_02.html>, acesso em 10 de abril de 2016.

LOPEZ, Teresa Ancona. **Princípio da Precaução e Evolução da Responsabilidade Civil**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

LOURENÇO, Paula Meira. "Novos Rumos da Responsabilidade Civil e Teoria da Indemnização Sancionatória" in **Colóquio Responsabilidade Civil Novas Perspectivas**, Superior Tribunal de Justiça, Brasília, 13 de março de 2008. Disponível em: <http://www.stj.pt/ficheiros/coloquios/responsabilidadecivil_paulameiralourenco.pdf>, acesso em 21 de março de 2017.

LOURENÇO, Paula Meira. **A Função Punitiva da Responsabilidade Civil**. Coimbra: Coimbra, 2006.

LOVETT, William A. "Exxon Valdez, Punitive Damages, and Tort Reform" in **Tort Trial & Insurance Practice Law Journal** 38.4 (2002-2003), pp. 1071-1128, 2003.

LUZ, Nelson Ferreira da. "Considerações sobre o Dolo" in **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v. 2, pp. 303-313, 1954. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v2i0.6185>>, acesso em 15 de março de 2017.

MAHUAD, Luciana Carone Nucci Eugenio; MAHUAD, Cassio. "Imputação da responsabilidade civil: responsabilidade objetiva e subjetiva" in GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello; BENACCHIO, Marcelo (coords.). **Responsabilidade Civil**. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2015.

MALUF, Renata Chade Cattini. **O Aspecto Punitivo da Reparação do Dano Moral**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

MARTINS, Fábio Floriano Melo. **A interferência lesiva de terceiro na relação obrigacional**. 2015. Tese (Doutorado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-18112016-081509/>>. Acesso em 18 de novembro de 2017.

MARTINS-COSTA, Judith Hofmeister. “Os danos à pessoa no direito brasileiro e a natureza da sua reparação” in MARTINS-COSTA, Judith Hofmeister; CUNHA, Alexandre dos Santos (orgs.). **A Reconstrução do Direito Privado** : reflexos dos princípios, diretrizes e direitos fundamentais constitucionais no direito privado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 408-446.

MARTINS-COSTA, Judith Hofmeister. “Zeca Pagodinho, a razão cínica e o novo Código Civil Brasileiro” in **Portal Migalhas**, 31 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI4218,101048-Zeca+Pagodinho+a+razao+cinica+e+o+novo+Codigo+Civil+Brasileiro>>. Acesso em 10 de abril de 2017.

MARTINS-COSTA, Judith Martins; PARGENDLER, Mariana Souza. “Usos e abusos da função punitiva” in **Revista do Centro de Estudos Judiciários (CEJ)**/ Conselho da Justiça Federal, Brasília: CEJ, v. 9, n. 28, pp. 15- 32, jan./mar. 2005.

MARTINS-COSTA, Judith. “Dano Moral à Brasileira” in **Revista do Instituto de Direito Brasileiro**, ano 3, n. 9, Lisboa, pp. 7073/7122, 2014.

MARTINS-COSTA, Judith. “Os Danos à Pessoa no Direito Brasileiro e a Natureza da sua Reparação” in **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**, volume 19, pp. 181-207, mar./2001.

MARTON, George. **Les Fondements de la Responsabilité Civile** : révision de la doctrine , essai d'un système unitaire. Paris: Sirey, 1938.

MAZEAUD, Henri; MAZEAUD, Leon. **Traité Théorique et Pratique de la Responsabilité Civile Délictuelle et Contractuelle**, 4^a ed. Paris: Recueil Sirei, 1947.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo** : meio-ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses, 25^a Ed. rev., ampl. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2012.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Novo Código de Processo Civil Comentado**, 1^a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MEIRELLES, Hely Lopes; BURLE FILHO, José Emmanuel. **Direito Administrativo Brasileiro**, 42ª Ed., atual. até a EC n. 90/2015. São Paulo: Malheiros, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**, 42ª Ed., atualizada até a EC. 90/15 por José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2016.

MELO, Diogo Leonardo Machado de. “A função punitiva da reparação dos danos sociais (e a destinação de parte da indenização para entidades de fins sociais – art. 883, parágrafo único, do Código Civil” in ALVES, Jonas Figueiredo; DELGADO, Mario Luiz (coords.). **Novo Código Civil** : Questões controvertidas. Responsabilidade Civil, v. 5. São Paulo: Método, 2006.

MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. **Ações Coletivas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, PAULO GUSTAVO GONET. **Curso de Direito Constitucional**, 9ª Ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**, 10ª ed. rev. e atualizada (comemorativa). São Paulo: Saraiva, 2015.

MENDONÇA, Diogo Naves. **Análise Econômica da Responsabilidade Civil** : O Dano e a sua Quantificação. São Paulo: Atlas, 2012.

MENEZES DIREITO, Carlos Alberto; CAVALIERI FILHO, Sergio in TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. **Comentários Ao Novo Código Civil** - Volume XIII (arts. 927 a 965), Da responsabilidade civil, das preferências e privilégios creditórios, 3ª ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MENEZES LEITÃO, Luís Manuel Teles de. **Direito das Obrigações**, V. I, 4ª ed., Coimbra: Almedina, 2005.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA (CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS). **Relatório de Gestão** : Atividades realizadas em 2010. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/consumidor/direitos-difusos/anexos/relatorios-de-gestao/2010gestao_cfdd.pdf>, acesso em 14 de novembro de 2017.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA. **Arrecadação FDD** – Tabela de Arrecadação Anual 1999-2015. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/consumidor/direitos-difusos/Arrecadacao>>, acesso em 11 de novembro de 2017.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA. **Edital de Chamamento Público CFDD n. 1**, 13 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/consumidor/direitos-difusos/anexos/edital-de-chamamento-publico-2015-final-13-05-2015.pdf>>, acesso em 17 de outubro de 2017.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES; MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Portaria Interministerial n. 147**, 31 de maio de 1995.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Súmulas do Conselho Superior do Ministério Público** (CSMP), n. 1 a 59. Enunciado n. 58 – São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/conselho_superior/sumulas>, acesso em 03 de março de 2017.

MIRAGEM, Bruno Nubens Barbosa. **Direito Civil** : responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva, 2015.

MOACYR PORTO, Mario. O ocaso da culpa como fundamento da responsabilidade civil. **Revista da AJURIS** (Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul), Porto Alegre, Ano XIV, p. 200, mar. 1987.

MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. **Curso de Direito Civil vol. 5** : direito das obrigações, 2ª parte, 41ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MONTESQUIEU, Charles de Seondat, Baron de. **O Espírito das Leis**, 2ª Ed., 2ª tiragem – apresentação Renato Janine Ribeiro, trad. Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2005.

MORAES, Bernardo Bissoto Queiroz de. **Manual de Introdução ao Digesto**. São Paulo: YK Editora, 2017.

MORAES, Maria Celina Bodin de. A constitucionalização do direito civil e seus efeitos sobre a responsabilidade civil. **Direito Estado e Sociedade**, v. 9, n. 9, jul./dez. 2006.

MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à pessoa humana**: uma leitura civil-constitucional dos danos morais, Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

MORAES, Maria Celina Bodin de. **Dilemas de Direito Civil-Constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

MORAES, Maria Celina Bodin de. *Punitive damages* em sistemas civilistas: problemas e perspectivas in **Revista Trimestral de Direito Civil**, Rio de Janeiro: Padma, ano 5, n. 18, p. 45-78, abr./jun. 2004.

MORSELLO, Marco Fábio. “Contratos existenciais e de lucro. Análise sob a ótica dos princípios contratuais contemporâneos” in LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore; MARTINS, Fernando Rodrigues (org.). **Temas relevantes do direito civil**

contemporâneo: reflexões sobre os 10 anos do Código Civil, v. 1, 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 292-307.

MORSELLO, Marco Fábio. "O nexo causal e suas distintas teorias: apreciações críticas" in **Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo**, v. 19, pp. 211-220, São Paulo, 2007.

MORSELLO, Marco Fabio. A responsabilidade civil e a socialização dos riscos. O sistema neozelandês e a experiência escandinava. **Revista da Escola Paulista da Magistratura**, ano 7, n. 2, pp. 13-22, julho-dezembro, 2006.

MORSELLO, Marco Fábio. A Sociedade de Risco e a Responsabilidade civil do Fabricante-Construtor da Aeronave in LOPEZ, Teresa Ancona; LEMOS, Patrícia Faga Iglecias; JUNIOR, Otavio Luiz Rodrigues. **Sociedade de Risco e Direito Privado** – desafios normativos, consumeristas e ambientais. São Paulo: Atlas, 2013.

MOSSET ITURRASPE, Jorge. "Inconstitucionalidad de los topes indemnizatorios de origen legal respecto de los daños injustos (violatorios de la Constitución Nacional y de los tratados internacionales)" in **Revista de Derecho de Daños**, 2001, pp. 125 e seguintes, 2004.

MOURA, Rafael Moraes; PIRES, Breno. "Um terço dos presos no Brasil são provisórios, diz CNJ". **O Estado de São Paulo**, 23 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,um-terco-dos-presos-no-brasil-sao-provisorios-diz-cnj,70001677310>>, acesso em 10 de outubro de 2017.

NAAMANI, Israel T. "Marriage and Divorce in Jewish Law" in **Journal of Family Law**, n. 3 v. 2 pp. 177-200, 1963.

NALINI, José Renato. **Ética na Magistratura**, 2ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

NANNI, Giovanni Ettore. **Enriquecimento sem causa** – de acordo com o Novo Código Civil. Coleção Prof. Agostinho Alvim. São Paulo: Saraiva, 2004.

NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código Civil Comentado e Legislação extravagante** – 2ª Ed., rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

NERY JÚNIOR, Nelson. Os princípios gerais do Código Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Revista de Direito do Consumidor**, n. 3, Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, Revista dos Tribunais, São Paulo, pp. 44-77, jul./set. 1992.

NETTO, Felipe Braga; FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Novo Tratado de Responsabilidade Civil**, 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Processo Coletivo** – volume único, 3ª ed., rev., atual. e ampl. Salvador: JusPodivm, 2016.

NORONHA, Fernando. “Enriquecimento sem causa” in **Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial**, n. 56, pp. 51-78, São Paulo, 1991.

NORONHA, Fernando. “Os danos à pessoa, corporais (ou biológicos) e anímicos (ou morais em sentido estrito), e suas relações com os danos patrimoniais e extrapatrimoniais” in **Revista de Direito Privado**, v. 6, n. 22, pp. 83-95, abr./jun. 2005.

NUGENT, Lory S.; HAMMERSFAHR, Robert W.; BLATT, Richard L. **Punitive Damages** : A State-by-State Guide to Law and Practice, 2012-2013 ed. Westlaw, 2013.

OLIVEIRA, Régis Fernandes de. **Infrações e Sanções Administrativas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

OPICE BLUM, Renato. **Direito Eletrônico – a Internet e os Tribunais**. São Paulo: Edipro, 2001.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Código de Ética e Disciplina** (Res. n. 02, de 2015), DOU 04/11/2015. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/Content/pdf/novo-ced.pdf>>, acesso em 10 de janeiro de 2017.

OSÓRIO, Fabio Medina. **Direito Administrativo Sancionador**, 5ª Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

OWEN, David G. “A Punitive Damages Overview: Functions, Problems and Reform” in **Villanova Law Review**, vol. 39, n. 363, 1994, p. 374-475. Disponível em: <<http://digitalcommons.law.villanova.edu/vlr/vol39/iss2/3>>, acesso em 25 de janeiro de 2017.

PADOA-SCHIOPPA, Antonio. **Storia del diritto in Europa** : dal Medioevo all’età contemporanea. Bologna: Il Mulino, 2007.

PAGE, Joseph A. “Deforming Tort Reform” in **Georgetown Law Journal** 78.3, pp 649-698, 1990.

PAIVA, Caio; HEEMAN, Thimotie Aragon. **Jurisprudência Internacional de Direitos Humanos**, 1ª ed. Manaus: Dizer o Direito, 2015.

PARGENDLER, Mariana Souza. O caráter exemplar da indenização e o Direito Civil Brasileiro: pena privada ou *punitive damages* In **Salão de iniciação Científica** (15 : 2003 : Porto Alegre, RS). Livro de resumos. Porto Alegre : UFRGS, 2003.

PASSOS, Edilenice; LIMA, João Alberto de Oliveira. **Memória Legislativa do Código Civil**. Brasília: Senado Federal, 2012.

PEDROSO, Antonio Carlos de Campos. A reparação do dano moral. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 90, 1995, p. 155-180, 1995, p. 171. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67294/69904>>, acesso em 07 de outubro de 2017.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil** : Teoria Geral das Obrigações, v. II, 20ª Ed., rev. e atual. por Luiz Roldão de Freitas Gomes. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Responsabilidade Civil**, 4a Ed. São Paulo: Forense, 1999.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade civil**, 9ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

PEREIRA, Ricardo Diego Nunes. “Os novos danos: danos morais coletivos, danos sociais e danos por perda de uma chance” in **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 99, abril 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11307>. Acesso em 22 de abril de 2016.

PERLINGIERI, Pietro. **Il diritto civile nella legalità costituzionale secondo il sistema italo-comunitario delle fonti**, vol. 1. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2012.

PETTI, Giovanni Battisti. **Il Risarcimento dei danni** : biologico, genetico, esistenziale, t. 1. Torino: Utet, 2002.

PICASSO, Sebastián. **Sobre los denominados ‘daños punitivos’**. Buenos Aires: La Ley, 2007.

PICCOLO, Carla Henriete Bevilacqua. **A moral e o conceito de direito em H. L. A. Hart**. 2011. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito Digital**, 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PIRES DE LIMA, Zulmira. “Algumas considerações sobre a responsabilidade civil por danos morais” in **Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**, Suplemento 2, v. 15, pp. 221-242, Coimbra, 1940.

PIZARRO, Ramón Daniel. “Daños Punitivos” in **Derecho de daños** : libro homenaje al Prof. Félix Trigo Represas, 2ª parte. Buenos Aires: La Rocca, 1993.

PIZARRO, Ramon Daniel. "Modernas Fronteras de la Responsabilidad Civil: El Derecho a la Reparación desde la perspectiva Constitucional" in **Anales de la Academia Nacional de Derecho y Ciencias Sociales de Córdoba**, Córdoba (Argentina), pp. 405-416, 2005. Disponível em: <www.acader.unc.edu.ar>, acesso em 02 de novembro de 2016.

PIZARRO, Ramón Daniel. **Daño moral** : prevención, reparación, punición : el daño moral en las diversas ramas del derecho. Colección Responsabilidad Civil, v. 17. Buenos Aires: Hammurabi, 2000.

PIZZOL, Ricardo Dal. **As funções punitivas e preventivas da responsabilidade civil**, Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

POLACCO, Vittorio. **Le obbligazioni nel diritto civile italiano**, 2ª Ed. riv. ed ampliata. Roma: Athenaeum, 1915.

POLI, Fabrício Angerami. **O Dano Social**. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, 300p.

POLINSKY, A. Mitchel; SHAVELL, Steven. "3700 - Punitive Damages" in BOUCKAERT, Boudewijn; DE GEEST, Gerrit. **Encyclopedia of Law and Economics**, v. II, Cheltenham (UK): Edward Elgar, 2000, pp. 764-781.

POLINSKY, Alan Mitchell; SHAVELL, Steven. "Punitive Damages: An Economic Analysis" in **Harvard Law Review**, v. 111, n. 4, pp. 869-962, fevereiro de 1998.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1967.

PONZANELLI, Giulio. "Sezione III Civile; Sentenza 19 Gennaio 2007, n. 1183; Pres. Fiduccia, Est. Fico, P.M. Sgroi (concl. Conf.); Parrott (Avv. Pavoni, Belvederi) C. Soc. Fimez (Avv. Cignitti, Campeis). Conferma App. Venezia 15 Ottobre 2001" in **Il Foro Italiano** 130, no. 5, 2007, pp. 1459/1466. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/23203320>>, acesso em: 21 de maio de 2016.

PORTAL MIGALHAS. "TIM deve pagar R\$300 mil por dano social", 22 de janeiro de 2014. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI194063,81042-Tim+deve+pagar+R+300+mil+por+dano+social>>, acesso em 05/05/2015.

PORTER, Michael; STERN, Scott. **Índice Progresso Social 2016 – Resumo Executivo**, Social Progress Imperative, 2016. Disponível em: <http://www.progressosocial.org.br/wp-content/uploads/2016/07/PT_SPI-2016-Executive-Summary.pdf>, acesso em 01 de setembro de 2016.

PORTO, Mario Moacyr. O ocaso da culpa como fundamento da responsabilidade civil. **Revista da AJURIS** (Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul), Porto Alegre, Ano XIV, p. 200, mar. 1987.

POSNER, Richard Allen. "Common-Law Economic Torts: An Economic and Legal Analysis" in **Arizona Law Review**, v. 48, pp. 735-747, 2006.

POTHIER, Joseph Robert. **Oeuvres de Pothier** : Traité des obligations, nouvelle édition. Paris: Bechet Aine, 1824.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Mensagem n. 56** – Veto parcial o Projeto de Lei n. 166, de 2010, 26 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Msg/VEP-56.htm>, acesso em 10 de fevereiro de 2017.

PRIEST, George L. "Punitive Damages Reform: The Case of Alabama" in **Louisiana Law Review** 56.4 (1995-1996), pp. 825-840, 1996.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015**, trad. Camões – Instituto da Cooperação e da Língua Portuguesa. Nova York: PNUD, 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. "Ranking IDHM Municípios 2010 – Mariana (MG)" in **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/mariana_mg>, acesso em 02 de setembro de 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2009/2010** – valores e desenvolvimento humano. Brasília: PNUD, 2010.

PÜSCHEL, Flávia Portella. "Funções e Princípios Justificadores da Responsabilidade Civil e o art. 927, parágrafo único do Código Civil" in **Revista Direito GV**, v. 1, n. 1, pp. 91-107, maio/2005.

QUARTA, Francesco. **Risarcimento e sanzione nell'illecito civile**. Napoli: Edizione Scientifiche Italiane, 2013.

RADBRUCH, Gustav. **Filosofia do Direito**. Trad. Marlene Holzhausen. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RAMOS, Elival da Silva. **Ativismo Judicial** : Parâmetros Dogmáticos. São Paulo: Saraiva, 2010.

REALE, Miguel. **Teoria Tridimensional do Direito**, 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

RECASÉNS SICHES, Luis. **Nueva filosofía de la interpretación del derecho**, 3ª Ed. México: Editorial Porrúa, 1980.

RHODES, Peter F. "Damages - Personal Injuries - Rate of Interest to Be Applied on General Damages for Pain, Suffering, and Loss of Amenities - Ng Chai-man and Another v. Leung Ngan" in **Hong Kong Law Journal**, v. 14, pp. 90-95, Hong Kong, 1984.

RIPERT, Georges. **La règle morale dans les obligations civiles**. Paris: Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1949.

ROBREDO, Goretti Vadillo. "*Daños Punitivos en el Proceso Civil Norteamericano*", **Revista de la Universidad de Deusto**, vol. 57, fasc. 97, jul-dic./ 1996.

RODIÈRE, René. **La Responsabilité Civile**. Paris: Rousseau, 1952.

RODOTÁ, Stefano. **Il problema della responsabilità civile**. Milano: Giuffrè, 1967.

RODRIGUES JUNIOR, Otávio Luiz. "Encontro em Cambridge discute rumos da responsabilidade civil no mundo" in **Direito Comparado**, Portal Conjur, 27 de julho de 2016, disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-jul-27/direito-comparadoencontro-cambridge-discute-rumos-responsabilidade-civil>>, acesso em 30 de julho de 2016.

RODRIGUES JUNIOR, Otávio Luiz. A influência do BGB e da doutrina alemã no direito civil brasileiro do século XX. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: RT, v. 938, p. 79-155, dez. 2013.

ROSENVALD, Nelson. **As funções da responsabilidade civil: a reparação e a pena civil**, 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ROSSA, Gabrielle Barroso. "O dano social na prática: A nova tendência nas ações judiciais contra grandes empresas" in **Portal Migalhas**, 10 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI180129,51045-O+dano+social+na+pratica>>, acesso em 04/05/2016.

ROXIN, Claus. **Derecho Penal – Parte General**. Madrid: Civitas, 1997.

ROXIN, Claus. **Problemas Fundamentais de Direito Penal**. Lisboa: Vega, 1998.

RUEDIGER, Marco Aurélio (coord.). **Geografia do Encarceramento** : Estudo sobre a origem dos apenados e crimes no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016. Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/geografia-do-encarceramento/>>, acesso em 10 de outubro de 2017.

RUSTAD, Michael L. "The Closing of Punitive Damages' Iron Cage" in **Loyola of Los Angeles Law Review** 38.3 (2004-2005), pp. 1297-1420, 2005.

RUSTAD, Michael L. "In Defense of Punitive Damages in Products Liability: Testing Tort Anecdotes with Empirical Data" in 78 **Iowa Law Review** 1, pp. 1-88, 1992.

RUSTAD, Michael L. "The incidence, scope and purpose of punitive damages. Unraveling punitive damages: current data and further inquiry" in **Wisconsin Law Review**, pp. 15-69, 1998.

RUSTAD, Michael L.; KOENIG, Thomas H. **In Defense of Tort Law**. New York: New York University Press, 2001.

RUSTAD, Michael; KOENIG, Thomas. "The Historical Continuity of Punitive Damages Awards: Reforming the Torts Reformers" in **American University Law Review**, n. 42, pp. 1269-1333, 1993.

SABALLA JUNIOR, Léo. "Justiça condena envolvidos na fraude do Toto-Bola". Porto Alegre, **Jornal Zero Hora**, 02 de julho de 2009, disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/07/justica-condena-envolvidos-na-fraude-do-toto-bola-2566286.html>>, acesso em 05/05/2016.

SAKAIHARA, Mitsuo. "Wrongful Birth Claim in Japan" in **Medicine, Science and the Law**, v. 42, n. 3, pp. 258-260, 2002.

SALEILLES, Raymond. **Les accidents de travail et la responsabilité civile**: Essai d'une Théorie Objective de la Responsabilité Délictuelle. Paris: Arthur Rousseau, 1987.

SALVI, Cesare. **La responsabilità civile** – Trattato di diritto privato (a cura di Giovanni Iudica e Paolo Zatti), 2ª Ed. Milano: Giuffrè, 2005.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso. **Princípio da reparação integral** - indenização no Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, Antonio Jeová. **Dano Moral Indenizável**, 6ª ed., rev., atual. e ampl. Salvador: Juspodivm, 2016.

SANTOS, Manoel J. Pereira dos; TAVARES DA SILVA, Regina Beatriz (coord.). **Responsabilidade Civil na Internet e nos demais Meios de Comunicação**, 2ª Ed. Série GVLaw. São Paulo: Saraiva, 2012.

SARAIVA, David Emanuel Chiquita. **A Tutela Preventiva da Responsabilidade Civil**. Fev./2015. 118p. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas Forenses) - Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015.

SARAVALLE, Alberto. “I punitive damages nelle sentenze delle Corte europee e dei tribunali arbitrali” in **Rivista di diritto internazionale privato e processuale**, anno 29, n. 4, Padova, Ottobre-Dicembre/1993, pp. 867-892, 1993.

SARLET, Ingo Wolfgang. “A eficácia do direito fundamental à segurança jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no direito constitucional brasileiro” in ROCHA, Carmen Lúcia Antunes (coord.). **Constituição e segurança jurídica** : direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada. Estudos em homenagem a José Paulo Sepúlveda Pertence, 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SARMENTO, Daniel. **Direitos Fundamentais e Relações Privadas**, 2ª ed., 3ª tiragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris 2010.

SAVATIER, René. “Règles générales de la responsabilité civile” in **Revue Critique de Legislation et de Jurisprudence**, n. 54, pp. 409-493, 1934.

SAVATIER, René. **Traité de la Responsabilité Civile en Droit Français**, tomo 1, n. 2. Paris: Libr. Générale de Droit et de Jurisprudence, 1939.

SAVIGNY, Friedrich Carl Von. **Traité de Droit Romain**, Tome 1, 2^{de} ed. Traduzido do alemão por M. Ch. Guenoux. Paris: Firmin Didot Frères, 1855. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5826822p/f4.image>>, acesso em 10 de janeiro de 2017.

SAVIGNY, Friedrich Carl Von. **Traité de Droit Romain**, Tome 6, 2^{eme} ed. Traduzido do alemão por M. Ch. Guenoux. Paris: Firmin Didot Frères, 1859. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5828153f/f6.image.r=Traite%20de%20droit%20romain%20savigny%206>>, acesso em 10 de janeiro de 2017.

SCAFF, Fernando Campos. “Da culpa ao risco na Responsabilidade Civil” in MAMEDE, Gladston; RODRIGUES JUNIOR, Otávio Luiz; ROCHA, Maria Vital da (orgs). **Responsabilidade civil contemporânea em homenagem a Silvio de Salvo Venosa**, vol. I, São Paulo, Atlas, 2011, p. 75-86.

SCHILLER, Sophie. “Hypothèse de L’américanisation du Droit de la Responsabilité” in **Archives de Philosophie du Droit**, 2001, n. 45 (‘L’américanisation du Droit’), pp. 177-198, 2001.

SCHLUETER, Linda; REDDEN, Keneth R. **Punitive Damages**, v. 1, 3rd edition. New York: Butterworth Legal, 1995.

SCHLUETER, Linda; REDDEN, Keneth R. **Punitive Damages**, v. 2, 3rd edition. New York: Butterworth Legal, 1995.

SCHONBLUM, Paulo Maximilian Wilhelm. **Dano Moral** : Questões Controvertidas, 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

SCHREIBER, Anderson. **Novos paradigmas da responsabilidade civil**: Da Erosão dos Filtros da Reparação à Diluição dos Danos - 5a ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SCIARRATTA, Nicoletta. "La Cassazione su astreinte, danni punitivi e (funzione della) responsabilità civile" in **Rivista Diritto Civile Contemporaneo**, anno II, Numero III, luglio/settembre 2015. Disponível em: <<http://dirittocivilecontemporaneo.com/wp-content/uploads/2015/07/SCIARRATTA-ASTREINTE-2.pdf>>, acesso em 15 de novembro de 2016.

SEBOK, Anthony J. "What Did Punitive Damages Do - Why Misunderstanding the History of Punitive Damages Matters Today" in 8 **Chicago-Kent Law Review**, n. 163, v. 78, article 7, pp. 163-206, 2003. Disponível em: <<http://scholarship.kentlaw.iit.edu/cklawreview/vol78/iss1/7>>, acesso em 02 de fevereiro de 2016.

SEDGWICK, Theodore. **A Treatise on the Measure of Damages** : an inquiry into the principles which govern the amount of pecuniary compensation awarded by courts of justice, 8ª ed., rev. e ampl. New York: Baker Voorhis & Co., 1891.

SERPA LOPES, Miguel Maria de. **Curso de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

SEVERO, Sérgio. **Os Danos Extrapatrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 1996.

SHARKEY, Catherine M. "Punitive Damages as Societal Damages" in **Yale Law Journal**, n. 113, v. 347, New Haven, pp. 375-78, 2003.

SHAW, William H.; BARRY, Vincent. **Moral Issues in Business**, 13ª Ed. Boston: Cengage Learning, 2016.

SILVA, Clóvis Veríssimo do Couto e. "O conceito de dano no direito brasileiro e comparado" in **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, vol. 2 (2015), pp. 333-348, jan./mar. 2015.

SILVA, Clóvis Veríssimo do Couto e. **A obrigação como processo**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Flávio Murilo Tartuce. "Reflexões sobre o dano social" in **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XI, n. 59, nov. 2008. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3537>, acesso em 05 de maio de 2016.

SINTEZ, Cyril. **La sanction préventive en droit de la responsabilité civile** : contribution à la théorie de l'interprétation et de la mise en effet des normes. 2009. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de Montreal, Montreal, 2009. Disponível em:

<https://papyrus.bib.umontreal.ca/xmlui/bitstream/handle/1866/3748/Sintez_Cyril_2009_these.pdf?sequence=2&isAllowed=y>, acesso em 09 de março de 2016.

SINTEZ, Cyril. **La sanction préventive en droit de la responsabilité civile** : contribution à la théorie de l'interprétation et de la mise en effet des normes. Paris : Dalloz, 2011.

SIRENA, Pietro. **La Funzione Deterrente della Responsabilità Civile** : alla luce delle riforme straniere e dei Principles of European Tort Law. Milano: Giuffrè, 2011.

SMITH, Lewis Lawrence. "Punitive Damages" in **The American Law Register and Review**, n. 41, pp. 517-528, jun./dez. 1893.

SOARES, Flaviana Rampazzo. **Responsabilidade Civil por Dano Existencial**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SOUZA, Maristela Denise Marques de; LOPES, Adriana. Crise dos Pressupostos Tradicionais da Responsabilidade Civil. **Revista AJURIS**. Rio Grande do Sul, v. 40, n. 129, março/2013, pp. 107-152, 2013.

SOUZA, Motaui Ciochetti. **Ação Civil Pública e Inquérito Civil**, 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

STARCK, Boris. **Droit civil** : Obligations, vol. 2. Paris: Litec, 1972.

STARCK, Boris. **Essai d'une Théorie Générale de la Responsabilité Civile Considérée en as Double Fonction de Garantie et de Peine Privée**. Paris: L. Rodstein, 1947.

STEINMETZ, Wilson. "Segurança jurídica hoje: princípio da proteção à confiança" in CLEVE, Clemerson Merlin (coord.). **Direito constitucional brasileiro** : teoria da constituição e direitos fundamentais, v. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2014.

STEINNINGER, Barbara C. "Wrongful Birth and Wrongful Life: Basic Questions" in **Journal of European Tort Law**, n. 1, pp. 125-155, 2010.

STEVENS, Clay R. "Split-Recovery: A Constitutional Answer to the Punitive Damage Dilemma", 21 Pepperdine Law Review, n. 3, v. 21, pp. 857-908, 1994. Disponível em: <<http://digitalcommons.pepperdine.edu/plr/vol21/iss3/5>>, acesso em 07 de setembro de 2017.

STOCCO, Rui. "Responsabilidade Civil no Código Civil Francês e no Código Civil Brasileiro" in SEMINÁRIO EM HOMENAGEM AO BICENTENÁRIO DO CÓDIGO CIVIL FRANCÊS, Superior Tribunal de Justiça, setembro/2004, **Anais...** Brasília, 2004.

STOCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

STRASSER, Ryan J. "Punitive Damages Caps: A Proposed Middle Ground After Exxon Shipping Co. V. Baker" in **Cornell Journal of Law and Public Policy**, v. 19, pp. 773-793, 2009-2010.

STRECK, Lênio. "Senso Incomum: A Katchanga e o bullying interpretativo no Brasil" in **Consultor Jurídico**, 28 de junho de 2012. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2012-jun-28/senso-incomum-katchanga-bullying-interpretativo-brasil>>, acesso em 10 de outubro de 2017.

SUCUPIRA, Pedro Henrique de Araripe. **Coletivização de demandas individuais**. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-11022015-162714/>>, acesso em 02 de agosto de 2017.

SUNSTEIN, Cass R.; KAHNEMAN, Daniel Kahneman; SCHKADE, David. "Assessing Punitive Damages [WITH NOTES ON COGNITION AND VALUATION IN LAW]" in **Coase-Sandor Institute for Law & Economics Working Paper**, n. 50, Chicago Unbound, 1997. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1064&context=law_and_economics>, acesso em 09 de setembro de 2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Revista Trimestral de Jurisprudência** (RTJ), v. 81, Tomo 123, agosto de 1977, Brasília, pp. 329-674.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil** : direito das obrigações e responsabilidade civil – v. 2, 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

TAVARES, André Ramos. **Reforma do Judiciário no Brasil pós-88** : (des)estruturando a justiça: comentários completos à EC no 45/05. São Paulo: Saraiva, 2005.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. "Aspectos da Contribuição de Caio Mário ao Direito Civil Brasileiro" in **Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva**, v. 16, n. 1, p. 1-74, jan./jul. 2004.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin (coords.). **Código Civil Interpretado Conforme a Constituição da República**, vol. II. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

TEPEDINO, Gustavo; SCHREIBER, Anderson. "As Penas Privadas no Direito Brasileiro" in GALDINO, Flávio; SARMENTO, Daniel (orgs.). **Direitos fundamentais** : Estudos em homenagem ao Professor Ricardo Lobo Torres. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 409-525.

TERRA, Aline Miranda Valverde; GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz. "Considerações acerca da exclusão do lucro ilícito do patrimônio do agente ofensor" in **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro**, n. 28, pp. 1-24, dez./2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/20290>>, acesso em 10 de agosto de 2017.

THE LAW COMMISSION. **Aggravated, Exemplary and Restitutionary Damages** – A Consultation Paper, n. 132. London: HMSO - Her Majesty's Stationery Office, 1993, p. 141. Disponível em: <<https://s3-eu-west-2.amazonaws.com/lawcom-prod-storage-11jsxou24uy7q/uploads/2015/04/cp132.pdf>>, acesso em 2 de novembro de 2017.

THE WASHINGTON POST. "*Trial Lawyers' Triumph*", **Editorial**, p. A16, Washington D.C., 16 de março de 1996. Disponível em: <<http://pqasb.pqarchiver.com/washingtonpost/doc/307929160.html?FMT=CITE&FMTS=CITE:FT&date=Mar+19%2C+1996&author=&desc=Trial+Lawyers%27+Triumph>>, acesso em 10 de fevereiro de 2017.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Dano Moral**. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

THIBIERGE, Catherine. "Libre propos sur l'évolution du droit de la responsabilité vers un élargissement de la fonction de la responsabilité". **Revue Trimestrielle de Droit Civil**, Paris, n. 3, jul./set. 1999.

TODD, Stephen. "Wrongful Conception, Wrongful Birth and Wrongful Life" in **Sydney Law Review**, v. 27, n. 3, pp. 525-542, 2005.

TORNEAU, Philippe Le. **La Responsabilité Civile**, Tome I. Paris: Dalloz, 1972.

TOURNEAU, Philippe le; CADIET, Loïc. **Droit de la responsabilité**, coll. "Dalloz action". Paris: Dalloz, 1998.

TRONCOSO, María Isabel. "El principio de precaución y la responsabilidad civil" in **Revista de Derecho Privado**, Universidad Externado de Colombia, n. 18, pp. 205-220, 2010.

TUCCI, José Rogério Cruz e. **A causa petendi no processo civil**. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

TUNC, André. **La responsabilité civile**, 2^e Éd. Paris: Economica, 1989.

ULIAN, Eduardo. **Responsabilidade Civil Punitiva**, Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

VADILLO ROBREDO, Goretti. "Reconocimiento y ejecución en Alemania de sentencias extranjeras de daños punitivos. Comentario a la decisión del Tribunal Federal de Justicia alemán (Bundesgerichtshof), de 4 de junio de 1992" in **Estudios**

de Deusto, v. 45, n. 2, pp. 203-243, ene. 2015. ISSN 2386-9062. Disponível em: <<http://revista-estudios.revistas.deusto.es/article/view/622/784>>, acesso em 27 de agosto de 2016.

VALLER, Wladimir. **A reparação do dano moral no direito brasileiro**, 3ª Ed. Campinas: EV Editora, 1995.

VARELA, João de Matos Antunes. “Rasgos inovadores do Código Civil Português de 1966 em matéria de responsabilidade civil” in **Boletim da Faculdade de Direito**, Universidade de Coimbra, v. 48 (1972), pp. 77-106, 1972. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5561029>>, acesso em 01 de abril de 2016.

VARGO, John F. “The American Rule on Attorney Fee Allocation: the injured person’s access to justice” in **The American University Law Review**, v. 42, pp.1.567/1.632, 1993. Disponível em: <<http://digitalcommons.wcl.american.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1586&context=aulr>>, acesso em 03 de maio de 2016.

VASCONCELOS, Maria João Sarmento Pestana de. “Algumas questões sobre a ressarcibilidade delitual de danos patrimoniais puros no ordenamento jurídico português” in ANTUNES, Ana Filipa Moraes et alli. **Novas Tendências da Responsabilidade Civil**. Coimbra: Almedina, 2007.

VAZ, Caroline. **Funções da Responsabilidade Civil : Da Reparação à Punição e Dissuasão – Os punitive damages no Direito Comparado e Brasileiro**, Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2009.

VIANNA, Tauanna Gonçalves. Indenização Punitiva no Brasil : desafios e configuração, **Revista de Direito Privado**, vol. 57/2014, pp. 179-192, jan. 2014.

VICENTE DE AZEVEDO, Vicente de Paulo. **Crime-Dano-Reparação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1934.

VINEY, Geneviève. “As Tendências Atuais do Direito da Responsabilidade Civil” in TEPEDINO, Gustavo (org.). **Direito Civil Contemporâneo : Novos Problemas à Luz da Legalidade Constitucional – Anais do Congresso Internacional de Direito Civil-Constitucional da Cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: Atlas, 2008.

VINEY, Geneviève. **Le Déclin de la Responsabilité Individuelle**. Bibliotheque de Droit Prive, 53. Paris: L.G.D.J, 1965.

VINEY, Geneviève. **Traité de Droit Civil – Introduction à la responsabilité**, vol. I, 2^{ème} éd. Paris: LGDJ, 1995.

VOCI, Pasquale. **Risarcimento e pena privata nel diritto romano classico**. Milano: Giuffrè, 1939.

WAISBERG, Tatiana. “Notas sobre o Direito Constitucional Israelense: A Revolução Constitucional e a Constituição Escrita do Estado de Israel” in **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, n. 11, pp. 107-134, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-11/RBDC-11-107-Tatiana_Waisberg.pdf>, acesso em 23 de novembro de 2017.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; VASCONCELOS, Rita de Cássia Corrêa de; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. “Jurisprudência oscilante no STJ - Ofensa à segurança jurídica sob o aspecto da previsibilidade judiciais” in GALLOTTI, Isabel; DANTAS, Bruno; FREIRE, Alexandre; GAJARDONI, Fernando da Fonseca; MEDINA, José Miguel Garcia (Orgs.). **O papel da jurisprudência no STJ**, 1ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, pp. 223-238.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno (coords.). **Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil**, 1ª ed. digital. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

WATANABE, Kazuo. “Relação entre Demanda Coletiva e Demandas Individuais” in GRINOVER, Ada Pellegrini; MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; WATANABE, Kazuo (coord.). **Direito Processual e o Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

WESENDONCK, Tula. “O Dano Existencial nas Jurisprudências Italiana e Brasileira – Um Estudo de Direito Comparado” in **Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS)**, ano 38, n. 124, pp. 327-356, dez./2011.

WOODY, William Douglas; GREENE, Edie “Jurors’ Use of Standards of Proof in Decisions about Punitive Damages” in **Behavioral Sciences & the Law**, v. 30, pp. 856-872, 2012.

WRIGHT, Eric. “The Future of Tort Litigation in California” in **Santa Clara Law Review**, n. 29, pp. 545-565, 1989.

WU, Huizhong. 900 million Indians can't get online. Here's why. **CNN Money**, Nova Délhi, 09 de março de 2016, disponível em: <<http://money.cnn.com/2016/03/09/technology/india-internet-access/>>, acesso em 09 de agosto de 2017.

YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. “A incompatibilidade do caráter punitivo da indenização do dano moral com o Direito Positivo brasileiro (à luz do art. 5º, XXXIX, da CF/88 e do artigo 944, caput, do CC/2002)” in **Revista de Direito Privado**, v. 9, n. 35, p. 77-96, jul./set. 2008.

YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. **Processo (in)civil e (in)segurança jurídica**. 2014. Tese (Doutorado em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ZABALA, Filipe Jaeger; SILVEIRA, Fabiano Feijó. “Jurimetria: estatística aplicada ao direito” in **Revista Direito e Liberdade**, Natal, v. 16, n. 1, p. 87-103, jan./abr. 2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro** : Teoria do Delito, introdução histórica, v. 2, 2ª edição. Rio de Janeiro, Revan, 2016.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**, v. 1, 6ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Em Busca das Penas Perdidas** : A Perda da Legitimidade do Sistema Penal, trad. Vania Romano Pedrosa e Amir Lopez da Conceição, 5ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. “As penas privadas” in **Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, v. 20, n. 6, Brasília, pp. 42-57, jun./2008.

ZANNONI, Eduardo A. **El daño en la responsabilidad civil**. 2ª Ed., 1ª reimpressão. Buenos Aires: Astrea, 1993.

ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo Coletivo** : tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

ZITZER, Kurt M. Punitive Damages: A Cat’s Clavicle in Modern Civil Law. In. **The John Marshall Law Review**, vol. 22, 1998, pp. 559-662. Disponível em <<http://heinonline.org/HOL/LandingPage?collection=journals&handle=hein.journals/jmlr22&div=34&id=&page=>>>, acesso em 03 de setembro de 2016.